DESTAQUES

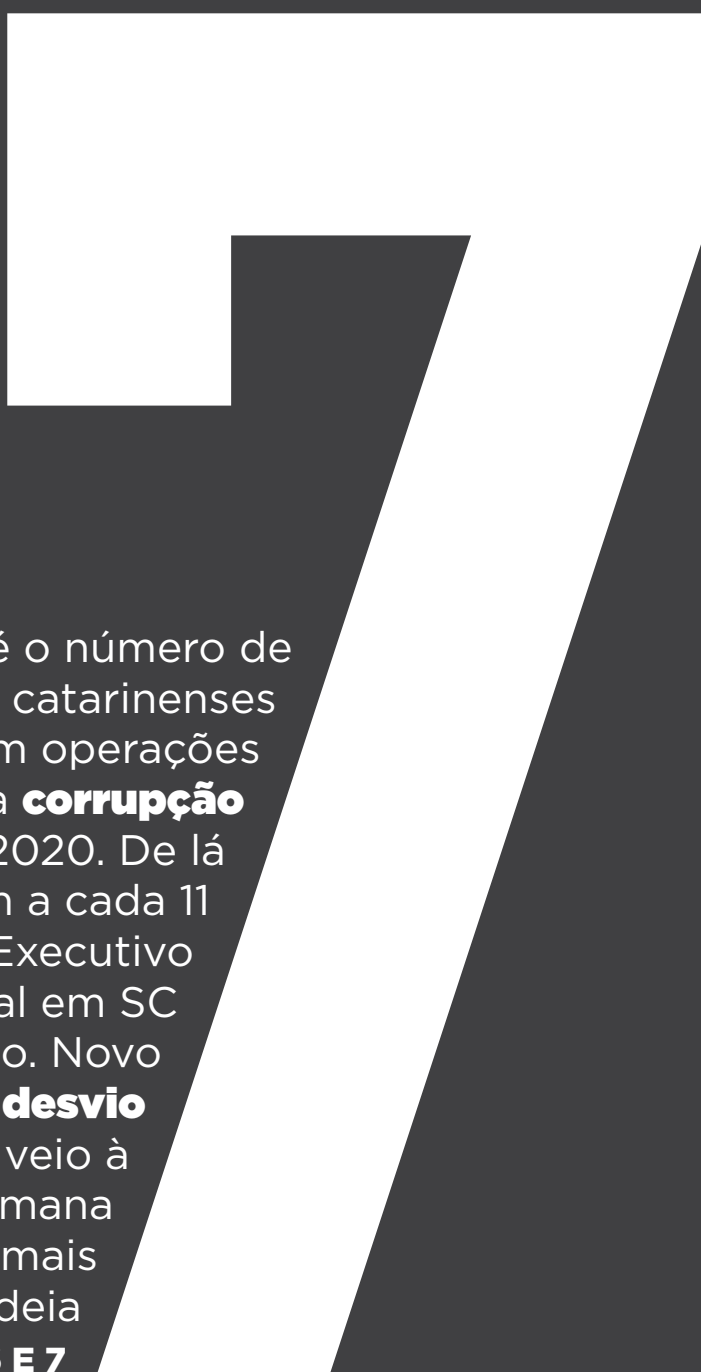
PROJETO DESDE **2016**

MAIS DE **200** INICIATIVAS EMPREENDEDORAS DO ESTADO

REUNIU MAIS DE **10 MIL** PESSOAS NOS EVENTOS REALIZADOS

PERCORREU TODA SANTA CATARINA DIVULGANDO INICIATIVAS

SANTA CATARINA
ANO 39 | Nº 12.265
JOINVILLE
ANO 102 | Nº 23.551
BLUMENAU
ANO 53 | Nº 15.092

DE 22 A 28 DE JUNHO DE 2024

Este é o número de prefeitos catarinenses presos em operações contra **corrupção** desde 2020. De lá para cá, um a cada 11 chefes do Executivo municipal em SC foi detido. Novo esquema de **desvio de recursos** veio à tona nesta semana e levou mais quatro à cadeia

PÁGINAS 6 E 7

ESPECIAL "E NÓS COM ISSO?"

Mudanças climáticas tornaram SC terreno fértil ao mosquito da dengue | **PÁGINAS 16 A 18**

nsccomunicacao.com.br

Presidente-executivo
Mário Neves

Conteúdo: César Seabra
Mercado: Adriano Araldi
Gestão e Finanças: Michel Chaowiche
Jurídico e Institucional: Paulo Gallotti

Comitê Editorial
Antônio Neto
César Seabra
Daniella Peretti
Luciano Calheiros
Raquel Vieira
Romí de Liz

Editor Responsável: Augusto Ittner
Projeto Gráfico: Maiara Santos

Produtos Digitais e Mercado Leitor: Jean Mannrich
Comercial: Cassia Todescat (AN)
Patrícia Rodrigues (Santa)
Mayara Marostica (DC)

FUNDADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 1923

REDAÇÃO: Rua Pastor Guilherme Ráu, 250, Saguaçu, Joinville/SC
CEP 89221-020 - (47) 3419-8896

AN.COM.BR

FUNDADO EM 5 DE MAIO DE 1986

REDAÇÃO: Rua General Vieira da Rosa, 1570, Centro, Florianópolis/SC
CEP 88020-420 - (48) 3216-2500

DIARIOCATARINENSE.COM.BR

FUNDADO EM 22 DE SETEMBRO DE 1971

REDAÇÃO: R. Pres. Getúlio Vargas, 32, Centro, Blumenau/SC
CEP 89010-140 - (47) 3221-9922

SANTA.COM.BR

Integrantes do

Presidente
CARLOS EDUARDO SANCHEZ

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
0800 644 4001
atendimento.nsc@nsc.com.br

ANÚNCIOS
Florianópolis: (48) 3216-3216
Blumenau: (47) 3221-9902
Joinville: (47) 3419-8889
anuncie@nsc.com.br

PARA ASSINAR
0800-6444001
www.assinensc.com.br

PERCENTUAL APROXIMADO DE IMPOSTO 3,65%

EDITORIAL

Mudanças climáticas e a **dengue**

Não é por acaso que SC enfrenta o pior cenário de dengue em toda a história. Somado ao desleixo da população com os métodos de combate ao Aedes aegypti, um outro fator ainda mais descontrolado causa impactos: as mudanças climáticas. Especialistas são enfáticos ao explicar que o aumento na temperatura média — só em Florianópolis subiu 1ºC nos últimos 30 anos — ajuda a formar o cenário ideal para a proliferação do mosquito. Com as estações cada vez menos definidas, invernos mais quentes, primaveras mais úmidas e verões escaldantes, o nosso Estado se tornou terreno fértil à reprodução do inseto responsável por transmitir a doença.

> Com estações cada vez menos definidas, Santa Catarina se tornou terreno fértil à reprodução do inseto responsável por transmitir a dengue

Na segunda reportagem do especial "E nós com isso?", de Bianca Bertoli, a NSC mostra a você assinante os detalhes de um estudo que vincula a infestação sem precedentes do mosquito da dengue no Sul do Brasil às mudanças climáticas. A matéria também revela os contrastes, como o fato de a Serra ser a única região a "escapar" do problema, justamente por ter dias mais frios que, como consequência, se tornam um obstáculo à reprodução do Aedes aegypti. Nas páginas 16 a 18, mostramos ainda a preocupação das autoridades com a febre do Oropouche, doença comum no Norte do país, semelhante à dengue e que começa a ter casos registrados em território catarinense.

A edição que você recebe em mãos nesta semana também traz outros dois assuntos de grande repercussão. A começar pela prisão de mais quatro prefeitos de cidades catarinenses nesta semana. Apesar de serem de pequenos municípios do interior, as detenções simbolizam mais uma parte da bola de neve que se tornaram os esquemas de corrupção em SC: ao todo, são 27 chefes do Executivo de prefeituras catarinenses levados à cadeia desde agosto de 2020 (páginas 6 e 7).

E tem ainda os detalhes sobre a condenação de Evanio Prestini, motorista do Jaguar envolvido no acidente que deixou duas jovens mortas e outras três feridas em fevereiro de 2019, em Gaspar. O empresário foi sentenciado a oito anos de prisão e nós explicamos a você, leitor, o porquê de ele ter saído pela porta da frente do Fórum mesmo após o Tribunal do Júri condená-lo.

Boa leitura.

CHARGE **ZÉ DASSILVA**

 @zedassilva @ze_dassilva

NESTA **EDIÇÃO**

nsctotal.com.br
No NSC Total você acompanha todas as notícias de Santa Catarina, do Brasil e do mundo 24 horas por dia.

nsctotal.com.br/dagmara
dagmara.spautz@nsc.com.br
@dagspautz
(47) 99186-8819

Nem **nós**

Em meio à onda de retrocessos que tomou conta do Congresso Nacional, a Câmara desengavetou uma proposta de emenda à Constituição que permite o trabalho formal para adolescentes a partir dos 14 anos. O projeto, que já recebeu críticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem como relator, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado federal catarinense Gilson Marques (Novo). Ele já se manifestou favorável à mudança.

Em uma entrevista ao portal Uol, o deputado justificou seu posicionamento dizendo que pessoas de baixa renda não têm condições de colocarem os filhos para fazerem atividades de contraturno, e que o trabalho seria uma opção para os adolescentes pobres não ficarem ociosos.

A legislação atual permite que os adolescentes trabalhem a partir dos 16 anos, na função de jovem aprendiz — exceto em serviços domésticos e atividades agrícolas. Esse direito foi garantido às crianças há mais de 20 anos, em 1998.

O que está sendo proposto contraria compromissos firmados pelo Brasil na erradicação do trabalho infantil. Mas há uma corrente de pensamento na política brasileira que considera que os valores do trabalho ajudam na formação das crianças e adolescentes. Só que ela ignora um princípio fundamental da Constituição, que é o da igualdade entre os brasileiros. Autorizar a inserção precoce dos mais jovens no mercado de trabalho pode aumentar a já problemática evasão escolar, reduzir a qualificação futura de mão de obra e retirar de crianças e adolescentes pobres a oportunidade de desenvolverem suas habilidades, aumentando os índices de desigualdade no país.

A educação, de fato, é falha. Mas um dos problemas apontados por Marques, que é a ociosidade, poderia ser resolvido com a oferta de ensino integral — meta do Plano Nacional de Educação que até hoje não foi cumprida. Uma das funções dos legisladores é fiscalizar as políticas de Estado e garantir que elas sejam efetivas.

Em um dos trechos da entrevista ao Uol, Marques é questionado pelo jornalista Diego Sarda se não seria o caso de trabalhar para melhorar a educação pública brasileira. A resposta do deputado catarinense é que "não confia nos políticos". Ultimamente, nem nós.

É inconvencional, é inconstitucional, e é, por que não, ilegal.

REJANE SANCHEZ, Advogada, durante aprovação do parecer técnico contra o PL 1904/24, que equipara o aborto após 22 semanas a um homicídio

AZEITADO

O governador Jorginho Mello (PL) repetiu na última semana a estratégia que tem usado para impulsionar os projetos de interesse do governo no Legislativo: chamou todos os líderes das bancadas na Alesc para azeitar a tramitação do pacote de 30 projetos que o governo enviará ao Legislativo. A maioria são propostas tributárias, como incentivos para setores da indústria moveleira e de eletrodomésticos semelhantes aos que são aplicados no Paraná.

"BEIJO HÉTERO"

O senador Jorge Seif (PL) divertiu convidados que participavam de um jantar em homenagem à ex-ministra do TSE Maria Claudia Bucchianeri, em Brasília, ao pedir que todos se afastassem para que ele desse um abraço e um beijo na bochecha do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso. Maria Claudia é uma das advogadas de Seif no processo que pede a cassação do mandato do senador no TSE, por suposto abuso de poder econômico — e que está suspenso aguardando diligências. O "beijo hétero", como Seif costuma dizer, sela a recente e providencial aproximação do senador com o Judiciário, de quem já foi crítico feroz.

ELIO RIZZO, CÂMARA DOS DEPUTADOS, DIVULGAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO

O desembargador substituto João Marcos Buch (foto) foi um dos convidados na audiência da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados que discutiu na semana passada a proposta de privatização das unidades prisionais brasileiras. Polêmica, a proposta integra um decreto assinado pelo presidente Lula (PT) em abril do ano passado, que regulamenta o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Está autorizada inclusive a emissão de debêntures para que empresas captem recursos para construção de presídios no mercado de capitais. Com 12 anos de atuação na Vara de Execuções Penais, o desembargador catarinense é reconhecido nacionalmente como um ativista pelos direitos da população carcerária. Ele se manifestou contrário à proposta, citando o exemplo dos EUA, onde a experiência de privatização está sendo revertida pelo governo.

PREFEITOS DE SC VOLTAM À MIRA DE **INVESTIGAÇÕES**

JEAN LAURINDO
jean.laurindo@nsc.com.br

A política de SC viveu um novo episódio de turbulência nesta semana. A segunda fase da Operação Fundraising resultou na prisão de quatro prefeitos de cidades catarinenses. A investigação apura um suposto esquema de fraude em licitação e desvio de recursos públicos em municípios de pequeno porte do Estado. Com as novas prisões, chegou a 27 o número de chefes do Executivo de municípios de SC que foram detidos em operações contra corrupção desde 2020. O número representa que um a cada 11 prefeitos de cidades do Estado já foi preso nos últimos quatro anos.

A maior parte das prisões preventivas ocorreu durante as fases da Operação Mensageiro, que resultou na detenção de 17 prefeitos, em diferentes regiões do Estado. Desse número, apenas um permanece detido — Clezio Fortunato (MDB), prefeito de São João do Itaperiú, preso em abril deste ano na quinta fase da investigação. Os outros 16 alvos da Mensageiro estão em liberdade mediante medidas cautelares.

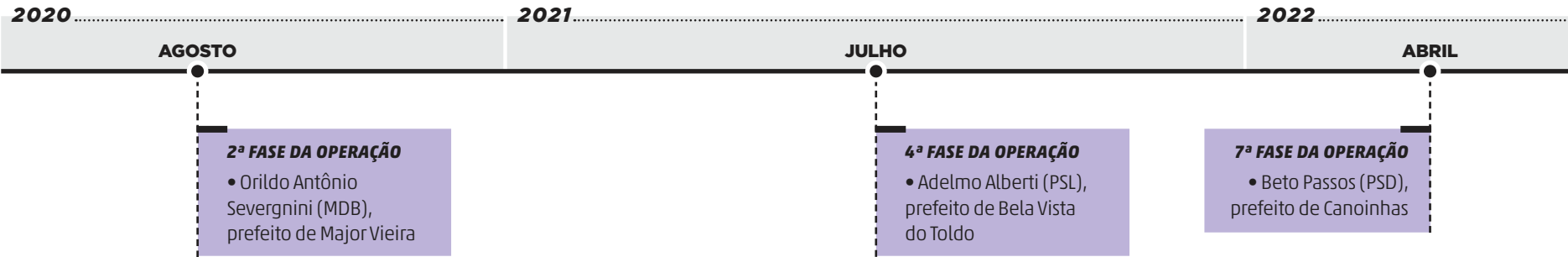
EPISÓDIOS DEVEM TER EFEITOS LOCAIS NAS ELEIÇÕES

Especialistas ouvidos pela reportagem apontam que apesar do alto número de prefeitos envolvidos em investigações e prisões, os efeitos desses episódios nas eleições municipais deste ano devem ser localizados especificamente nos municípios que tiveram lideranças envolvidas nos casos. Um dos principais reflexos deve ser uma demora maior na definição de candidatos e lideranças, na tentativa de identificar o sentimento dos eleitores após os escândalos.

Na fase da Operação Fundraising, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) na última quarta-feira (19), 11 pessoas foram alvos de mandados de prisão preventiva, 63 sofreram busca e apreensão e cinco envolvidos tiveram ordens de suspensão de atividades em funções públicas. Entre os alvos estão quatro prefeitos com mandato: Clori Peroza (PT), prefeita de Ipuaçu; Fernando de Fáveri (MDB), prefeito de Cocal do Sul; Marcelo Baldissera (PL), prefeito de Ipira; e Mario Afonso Woitexem (PSDB), de Pinhalzinho.

A investigação que veio à tona nesta semana apura um suposto esquema ligado a fraude em licitações e desvio de recursos públicos. O caso permanece em sigilo, mas as duas primeiras fases da operação apontam informações iniciais sobre os crimes investigados.

Segundo o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), um grupo empresarial é investigado por supostamente usar

CRONOLOGIA DAS PRISÕES | Detenções começaram em agosto de 2020

COMO LER ESSE GRÁFICO:

As prisões de chefes do Executivo de Santa Catarina ocorreram dentro de seis operações diferentes, cada uma delas com várias fases. A linha do tempo revela como o número de detenções cresceu a partir de 2023.

Operação Et Pater Filium
Operação Limpeza Urbana
Operação Mensageiro
Operação Terra Nostra
Operação Travessia
Operação Fundraising

Operação contra suposta fraude em licitações municipais resultou na prisão de mais quatro chefes do Executivo de cidades catarinenses, gerando nova turbulência política no Estado, que soma 27 prefeitos presos desde 2020

serviços de consultoria e assessoramento para obtenção de recursos públicos como pretexto para firmar contratos com órgãos públicos. O foco seria na busca por verbas junto a órgãos legislativos em Brasília e na elaboração e acompanhamento de projetos voltados a municípios catarinenses de pequeno porte.

Os contratos, no entanto, muitas vezes não teriam comprovação de prestação do serviço. Conforme os investigadores, o vínculo "serviria de subterfúgio para que servidores públicos, assim como agentes políticos e particulares, auferissem ganhos ilícitos por meio do recebimento de vantagens indevidas". A atuação envolveria também a busca por recrutar agentes públicos e particulares para permitir as fraudes em processos licitatórios.

A Operação Fundraising foi batizada com a expressão em inglês que se refere a um método para criar processos que facilitam a captação de recursos. A primeira fase da investigação ocorreu em setembro de 2023. Na ocasião, foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão nas cidades de Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Gravatal e Brasília (DF).

A investigação à época foi iniciada para desarticular uma organização criminosa que teria fraudado licitações e movimentado mais de R$ 18 milhões em recursos públicos, segundo os fatos apurados até aquela data. Entre as práticas apontadas na ocasião estaria a criação de empresas de fachada ou uso de "laranjas". Segundo os investigadores, eles teriam influenciado e direcionado a elaboração de editais de licitação com modelos a serem adotados por instituições públicas.

As prisões desta semana da Operação Fundrising fizeram com que o Estado chegasse a 27 prefeitos alvos de prisão preventiva em investigações sobre supostos casos de corrupção desde o ano de 2020. Os casos começaram com a investigação da Operação Et Pater Filium, que apurou supostas irregularidades em licitações de serviços como transporte escolar em cidades do Norte de SC. A investigação rendeu desdobramentos que levaram a um novo caso, a Operação Mensageiro.

O escândalo de desvio de recursos destinados a contratos de coleta de lixo levou nada menos que 17 prefeitos à prisão e desmantelou um esquema que envolvia uma empresa e agentes responsáveis por emitir notas falsas e destinar recursos a agentes públicos. Nesse mesmo período, outras operações paralelas de combate à corrupção também resultaram em prisões de chefes do Executivo de municípios catarinenses.

As prefeituras das cidades envolvidas na Operação Fundraising informaram que vão divulgar mais informações após terem acesso aos processos. A defesa pessoal dos prefeitos presos não foi localizada pela reportagem até o fechamento desta edição.

Grupo empresarial é investigado por supostamente usar serviços de consultoria e assessoramento para obtenção de recursos públicos de forma ilícita

2023 — DEZEMBRO, FEVEREIRO, ABRIL
2024 — JANEIRO, ABRIL, JUNHO

DEZEMBRO 2023 — 1ª FASE DA OPERAÇÃO
- Deyvisonn Souza (MDB), prefeito de Pescaria Brava
- Luiz Henrique Saliba (PP), prefeito de Papanduva
- Antônio Rodrigues (PP), prefeito de de Balneário Barra do Sul.
- Marlon Neuber (PL), prefeito de Itapoá

FEVEREIRO — 2ª FASE DA OPERAÇÃO
- Antônio Ceron (PSD), prefeito de Lages
- Vicente Corrêa Costa (PL), prefeito de Capivari de Baixo

3ª FASE DA OPERAÇÃO
- Joares Ponticelli (PP), prefeito de Tubarão

ABRIL — 4ª FASE DA OPERAÇÃO
- Luiz Carlos Tamanini (MDB), prefeito de Corupá
- Adriano Poffo (MDB), prefeito de Ibirama
- Adilson Lisczkovski (Patriota), prefeito de Major Vieira
- Armindo Sesar Tassi (MDB), prefeito de Massaranduba
- Patrick Corrêa (Republicanos), prefeito de Imaruí
- Luiz Shimoguiri (PSD), prefeito de Três Barras
- Alfredo Cezar Dreher (Podemos), prefeito de Bela Vista do Toldo
- Felipe Voigt (MDB), prefeito de Schroeder
- Luis Antonio Chiodini (PP), prefeito de Guaramirim

JANEIRO 2024
- Douglas Elias Costa (PL), prefeito de Barra Velha
- Ari Wolinger (PL), prefeito de Ponte Alta do Norte

ABRIL
- Gustavo Cancellier (PP), prefeito de Urussanga

5ª FASE DA OPERAÇÃO
- Clézio José Fortunato (MDB), São João do Itaperiú

JUNHO — 2ª FASE DA OPERAÇÃO
- Clori Peroza (PT), prefeita de Ipuaçu
- Fernando de Fáveri (MDB), prefeito de Cocal do Sul
- Marcelo Baldissera (PL), prefeito de Ipira
- Mario Afonso Woitexem (PSDB), de Pinhalzinho

ESTÁTUA DE HERCÍLIO LUZ NA CAPITAL É **VANDALIZADA**

Pela segunda vez, peça da escultura em homenagem ao engenheiro e político que governou Santa Catarina por três vezes some de monumento em Florianópolis

ÂNGELA BASTOS
angela.bastos@nsc.com.br

Em 13 de maio de 2026, daqui a menos de dois anos, Santa Catarina vai comemorar os 100 anos da majestosa Ponte Hercílio Luz. Enquanto isso, em 20 de outubro de 2024, completa-se um século da morte do engenheiro e político que governou o Estado (presidente da Província) por três vezes, foi senador da República e tem seu nome em aeroporto, clube de futebol, ruas e na grandiosa obra que une Ilha e Continente. Na cabeceira insular, nos altos do Parque da Luz, está seu monumento-túmulo. Porém, sem um dos símbolos: a flor na mão do braço direito da estátua em corpo de mulher, como agradecimento do povo pela ligação Ilha-Continente.

A peça foi levada por vândalos. A primeira vez da depredação foi em 1993. Na época, houve mobilização dos moradores e pressão sobre o poder público: o espaço foi restaurado e uma outra flor, obra do artista plástico Henrique Klein, com apoio de organizações não-governamentais, restituiu o conjunto da peça. Não há informações oficiais sobre o segundo dano. O fato é que há anos a estátua segue com mão vazia, apenas segurando um caule sem flor.

Nos arquivos da Biblioteca Pública de Santa Catarina está contada parte da história do monumento. Jornais da época, como O Estado, registram a homenagem pelos 25 anos da morte de Hercílio Luz. Edições publicaram convites para as diferentes solenidades, entre as que se destacam a "romaria à estátua de Hercílio Luz, onde se acham depositados os ossos do ilustre morto".

Outras publicações mencionam solenidades no "túmulo-monumento", com visitas e discurso do então governador Heriberto Hülse. A placa dessa homenagem ainda se encontra numa das laterais do monumento.

LUCAS AMORELLI

Flor na mão de estátua em corpo de mulher na base do monumento foi roubada pela segunda vez

O corpo de Hercílio Luz foi enterrado no Cemitério da Irmandade Nosso Senhor dos Passos, ao lado do Hospital de Caridade. Em 17 de novembro de 1930, o jornal O Estado faz menção a isso, em artigo sobre outro político: "Que esse túmulo, e elle, como o de Hercílio Luz, lá está no cemitério dos Passos...". Anos mais tarde, os restos mortais foram transferidos para o monumento. A data do traslado, no entanto, inquieta alguns pela ausência de registros nos jornais, como diz João Batista Soares, professor, geógrafo e pesquisador.

— Hercílio Luz foi um homem ilustre e causa estranheza a falta de registros na imprensa. Pode ser que tenha sido um ato silencioso para não chamar a atenção daquela Florianópolis de antigamente — sugere.

Questionada pela reportagem, a Prefeitura de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana, informou que vai avaliar a melhor forma de restabelecer o monumento no âmbito da política de arte pública. Se considerar importante, é possível que o símbolo de gratidão retorne aos altos do Parque da Luz.

Assim como outras cidades, Florianópolis sofre com o vandalismo em monumentos e prédios. Um dos casos mais estrondosos ocorreu em 2013. Quatro bustos em bronze (Cruz e Sousa, Victor Meirelles, Jerônimo Coelho e José Boiteux) foram levados da Praça XV. Mas outros tipos de depredações, como pichações, também são comuns.

A Fundação do Meio Ambiente, a Floram, cuida do paisagismo das praças. Quando os trabalhadores percebem ou são avisados sobre algum dano, equipes da secretaria de Obras são acionadas para reparos.

O colunisto Renato Igor está em férias e volta a escrever neste espaço em 6 de julho.

ÂNDERSON **SILVA**

nsctotal.com.br/anderson
anderson.silva@nsc.com.br
@andersonsilvajor
(48) 3216-2995

Rompimento de Topazio/Gean **dá nova ordem à política da Capital**

Depois de um tempo de distanciamento nas relações entre um governador e um prefeito, Florianópolis voltará a ter este cenário escrito na relação política. Mais do que o fim de uma parceria de curto tempo entre o atual prefeito da Capital, Topazio Neto (PSD), e o ex-prefeito Gean Loureiro (União Brasil), o anúncio feito nesta semana de distanciamento entre ambos abre um novo desenho na ordem do Poder na cidade.

E tudo começa pela relação já bem estabelecida entre Topazio e o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL). É nítido que o atual prefeito da Capital catarinense optou pela aliança com o PL em detrimento da antiga relação com Gean. Assim sendo, Jorginho também ganha espaço e força dentro da prefeitura de Florianópolis. Esta influência de um governador na Capital não ocorria desde 2018, justamente quando Gean era o prefeito da cidade e filiado ao MDB. Naquela época, o governador era Eduardo Pinho Moreira (MDB). Os dois mantinham agenda conjunta e uma boa parceria, assim como vêm fazendo Topazio e Jorginho.

As eleições municipais deste ano, com o projeto de reeleição do atual prefeito, chegam como a prova para a consolidação ou não desta relação e da influência que o governador terá na Capital. Dependerá do resultado de Topazio o tamanho da força que Jorginho passará a ter na cidade de 2025 para frente. Neste momento, por exemplo, a parceria dos dois tem sido fundamental para que obras avancem em Florianópolis. Grande parte dos investimentos ganhou reforço de peso do governo do Estado. E assim será daqui para frente, na nova ordem da política da Capital catarinense.

RICARDO WOLFFENBÜTTEL/SECOM

LUZES CÊNICAS DA VELHA SENHORA

Os testes da secretaria de Infraestrutura do governo de Santa Catarina na ponte Hercílio Luz deixaram diferentes sensações. A primeira é um “gostinho de quero mais”, tanto de funcionamento pleno como de mais luzes para decorar o restante da estrutura. Além disso, ficou ainda mais nítido que a ponte é o principal cartão-postal do Estado, com altíssimo potencial turístico. As luzes cênicas devem marcar um novo momento da estrutura, que desde a reabertura, em 2020, movimenta a região.

DIRETAS

> Operação Alcatraz: Mais um recurso de embargos de declaração foi protocolado no STF para tentar anular as ações da operação Alcatraz. O ministro Edson Fachin negou os pedidos mais recentes.

> Por enquanto: as ações estão paradas e aguardam posições do Judiciário.

PACOTÃO

O governo de SC vai enviar um pacotão para a Alesc entre essa e a próxima semana. Deve ser algo em torno de 30 projetos. A expectativa é que a votação ocorra antes das eleições municipais. Há diferentes tipos de projetos no pacotão. Mas um deve render mais polêmica: é o que dá anistia aos professores que não se vacinaram contra a Covid-19. Até então, o servidor está passível de punição administrativa caso não o fizesse.

OPERAÇÕES

Na semana passada o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) reconheceu a prescrição da outra parte da Ave de Rapina, relativa ao caso dos radares que existiam em Florianópolis. Assim, esta é mais uma operação feita na Capital que segue pelo mesmo caminho. A Moeda Verde, por exemplo, também terminou em prescrição das penas de quem havia sido condenado.

MILITARES RECLAMAM

A Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc) viu como um balde de água fria a renovação das diretrizes do Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc) do governo Jorginho Mello (PL). Os praças aguardavam o reinício das tratativas de reposição e a discussão sobre a revisão do grau acima (benefício para os militares que se aposentam e foi extinto no governo Moisés). O impedimento de reajuste salarial vai perdurar até maio de 2025, segundo decreto assinado por Jorginho nas últimas semanas.

TROCA TEMPORÁRIA

O deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) licenciou-se da Câmara dos Deputados por quatro meses, na última semana. Esta é a segunda vez que ele faz o mesmo movimento desde que está no cargo em Brasília. No lugar dele, durante o período, estará a vereadora de Florianópolis Carla Ayres (PT). Na sessão da Câmara da Capital desta quarta-feira, ela se despediu temporariamente.

MOTORISTA DO **CASO JAGUAR** É CONDENADO

Empresário Evanio Prestini foi julgado pela morte de duas jovens e por ter deixado outras três feridas em acidente na BR-470 em 2019

TALITA CATIE
talita.medeiros@nsc.com.br

O empresário Evanio Prestini foi condenado a oito anos, seis meses e 20 dias de prisão em regime inicial fechado pela morte de duas jovens e por ter deixado outras três feridas em um acidente na BR-470, em Gaspar, em fevereiro de 2019. O julgamento do chamado Caso Jaguar se estendeu por 16 horas desde a manhã de quarta-feira (19) até o início da madrugada de quinta (20). Motorista do carro de luxo, ele ainda teve a proibição do direito de dirigir estendida por mais dois anos e meio. Apesar da pena, Evanio Prestini, hoje com 37 anos, seguirá em liberdade e saiu pela porta da frente do Fórum pouco antes das 2h, acompanhado dos advogados e familiares.

A defesa de Evanio informou que não vai recorrer da decisão do júri popular. O motorista do Jaguar não voltou à cadeia mesmo diante da sentença porque, conforme o Código de Processo Penal, apenas penas iguais ou superiores a 15 anos devem ser cumpridas de imediato. Além disso, as medidas cautelares impostas a ele desde quando foi solto, em julho de 2019, serão descontadas do total da pena. Isso deve permitir uma mudança do regime fechado para semiaberto ou até aberto.

A decisão final sobre o regime de cumprimento da pena será publicada cinco dias depois do julgamento. Vale lembrar que Evanio chegou a ficar cinco meses no Presídio Regional de Blumenau após o acidente e, ao ser solto, foi proibido de sair de casa à noite, ir a bares e boates, entre outras medidas impostas pela Justiça.

— Estamos contentes porque fizemos um julgamento muito bom, onde as partes puderam debater livremente. E o júri reconheceu que houve um crime grave, mas saiu dentro do que nós esperávamos. Em princípio não haverá recursos, porque estamos conformados com a situação e a pena foi proporcional — pontuou o advogado José Manoel Soar, um dos integrantes da defesa de Evanio.

MPSC NÃO DEVE RECORRER DA SENTENÇA

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), responsável pela acusação, informou que em princípio não deve recorrer da sentença, pois teve a tese de dolo acatada pelo júri, confirmando que Evanio provocou o acidente — apesar de a defesa ter tentado responsabilizar a motorista do Palio. Questionado sobre o empresário sair solto do julgamento, o promotor Ricardo Paladino explicou:

— São decisões reiteradas dos tribunais superiores dizendo que se o réu respondeu ao processo em liberdade e cumpriu neste período todas as condições fixadas pelo juiz, ele tem o direito de recorrer também em liberdade. Então o MPSC já imaginava que em caso de condenação seria adotado esse mesmo critério.

Ao fim do julgamento e após dada a sentença, familiares de Suelen Hedler da Silveira e Amanda Grabner Zimmermann (as duas vítimas fatais do acidente), que acompanharam o dia inteiro de julgamento com interrogatório das jovens sobreviventes, deixaram o tribunal em silêncio e com lágrimas nos olhos. Thayná Carolina Cirico, uma das sobreviventes da colisão, também esteve no Fórum durante todo o dia e não conteve as lágrimas diante do resultado do júri.

Ao final do julgamento, Evanio trocou abraços com familiares e os advogados de defesa. Ele não quis se manifestar sobre a sentença, mas ao prestar depoimento pediu perdão às famílias das vítimas.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

Um caso marcado por recursos judiciais

Sábado, 23 de fevereiro de 2019, às 7h30min. Evanio conduzia um Jaguar F-Pace pela BR-470 quando atingiu o Palio em que estavam Suelen Hedler da Silveira e Amanda Grabner Zimmermann, as duas vítimas fatais do acidente. Uma terceira jovem, Maria Eduarda Kraemer, sofreu diversas fraturas, ficou internada por mais de um mês no hospital, mas sobreviveu, apesar de sofrer com as sequelas da batida.

Uma gravação feita horas antes o mostra Evanio em uma confraternização com bebidas alcoólicas. O teste do bafômetro feito no local confirmou que ele estava embriagado. Um vídeo feito minutos antes do acidente por outro motorista mostra o Jaguar transitando em zigue-zague pela rodovia federal, sentido litoral. Prestini foi preso em flagrante e, no dia seguinte, a prisão foi convertida para preventiva. O motorista do Jaguar chegou a ficar preso cinco meses no Presídio Regional de Blumenau, mas foi solto em 26 de julho de 2019, após uma decisão do ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O decorrer do processo foi marcado ainda por uma série de pedidos feitos pela defesa de Prestini. Em março de 2019, quando o motorista ainda estava no Presídio Regional de Blumenau, o advogado citou a crucificação de Jesus Cristo para pedir habeas corpus. Três semanas depois, em uma defesa prévia entregue à Justiça de Gaspar, a defesa culpou a motorista do Palio pelo acidente. No mesmo ano, em novembro, a Justiça negou um pedido para que Evanio passasse férias com a família de frente para o mar em Balneário Camboriú. Desde a prisão, ele cumpre medidas cautelares.

PATRICK RODRIGUES

Condenado a oito anos, seis meses e 20 dias de prisão em regime inicial fechado, Prestini deixou o Fórum pela porta da frente

ESTELA **BENETTI**

nsctotal.com.br/estela
estela.benetti@nsc.com.br
@estelab

Feira de moda em SC vai **apoiar marcas gaúchas**

Em mais um movimento solidário para a recuperação da economia do Rio Grande do Sul, afetada pela histórica tragédia das chuvas de maio, a Fenin Fashion Primavera e Verão, que será realizada de 2 a 4 de julho no Expocentro Balneário Camboriú, em SC, dará atenção especial para marcas gaúchas. Além de trazer um maior número de empresas do RS, o evento vai destacar a lojistas de todo o Brasil que ao comprar delas estarão ajudando a economia que foi arrasada pela enchente.

Com mais de 50 edições realizadas no Brasil, a Fenin Fashion é a feira que mais movimenta o setor têxtil e de confecções do país. Esta edição será 30% maior que a de julho do ano passado e terá mais de 500 marcas participantes, informa o diretor do evento, Julio Viana.

— Esperamos um público de aproximadamente 10 mil lojistas de todo o Brasil, incluindo executivos de algumas grandes magazines. O importante de uma feira como a Fenin é que o lojista consegue ver os produtos e fazer pedidos, o que aquece a atividade das fábricas de confecções, que vão produzir para a primavera e verão — explica Julio Viana.

A Fenin Fashion é um evento que nasceu no Rio Grande do Sul. Já fez edições em São Paulo, mas, nos últimos anos, tem feito a feira para venda da coleção primavera e verão em Balneário Camboriú, em julho, e da coleção inverno, em janeiro, na cidade de Gramado, na Serra gaúcha.

Nesta edição de verão da Fenin BC, o grupo RS Moda, que tem apoio do governo gaúcho e do Sindicato da Indústria do Vestuário do Rio Grande do Sul (Sivergs), virá com nove empresas, três a mais que na edição anterior. Estarão na mostra as marcas Delari, Ana Rosa, Nina Morena, Miss Blue, Rocka, Beth Fraga, Le Sun Beachwear, Peregrino e Joana Carmela. A lista de empresas de outros estados traz, entre outras, Gangster, Pacific Blue, Susan Zheng, Vironda, Queens, Zuni Jeans, Disparate, Sawary e Sallo. Entre as de SC, estarão a Camisaria Milani e a Mero Floripa.

O organizador da Fenin, Julio Viana, está otimista para as vendas de verão. Segundo ele, no Brasil quase sempre cresce e, para a próxima temporada, projeta alta nominal de 15% no faturamento. Para ele, é importante a tributação dos produtos importados em até 50 dólares, incluindo a equiparação total de impostos. Isso porque é necessário para a indústria da moda seguir ativa no Brasil. Interessados em participar da Fenin Fashion podem se inscrever no portal, o www.fenin.com.br.

DECLARI, DIVULGAÇÃO

EQUIPE DE EMPRESA SALVA PARTE DA PRODUÇÃO

Entre as nove empresas gaúchas que vão expor suas coleções primavera e verão na Fenin Fashion Balneário Camboriú 2024 está a Declari, de Cachoeirinha, na Grande Porto Alegre. Essa participação na mostra está sendo de esperança e renovação para a empresa porque ela teve seu prédio invadido pelas águas. Mas um grupo de empregados fez um grande esforço, foi à noite no parque fabril e conseguiu levar para o andar superior a nova coleção. Assim foi salva e será apresentada na feira agora.

SUPERAÇÃO

Com sede em Santa Maria, uma das cidades afetadas no começo da tragédia gaúcha, a marca Limite Urbano trabalha para retomar atividades normais. O fundador e diretor Junior Ruviaro destaca que a Limite Urbano, que atua com moda feminina, vê, agora, o desafio de superação. Sócio de confecção há 27 anos, ele busca mais vendas para fazer a economia girar e, assim, a empresa conseguir manter os empregos.

MODA PLUS SIZE DO RS

O RS também tem alguns fabricantes de moda plus size diferenciada, com design exclusivo. Um exemplo é a Rocka, de Santa Maria, que tem atuação maior no mercado gaúcho, em Santa Maria e na filial de vendas do bairro Moinhos, em Porto Alegre. Nos últimos anos, as empresas têm focado em produtos com matérias-primas de qualidade e design próprio para enfrentar a concorrência asiática. Mais recentemente, têm a disputa de mercado com as plataformas de moda como a Shein e Shopee. Mas agora, além das vendas no Brasil, as empresas estão atentas a oportunidades no exterior, incluindo Portugal.

PEDRO **MACHADO**

nsctotal.com.br/pedro
pedro.machado@nsc.com.br

Verba para **sede própria da UFSC** provoca "zum-zum-zum" na Furb

Causou apreensão nos corredores da Furb a notícia de que o governo federal pretende liberar recursos para a compra da sede própria da UFSC em Blumenau. No "zum-zum--zum" dos bastidores, a leitura inicial é de que a medida teria potencial para enfraquecer o histórico pleito de federalização da universidade regional, a partir do momento em que abriria caminho para a expansão da federal catarinense na cidade — em um espaço maior, a UFSC teria condições de abrir novos cursos e atrair mais alunos.

Representantes do Movimento Furb Federal receberam a informação com surpresa, apurou a coluna. Eles também ainda tentam entender a articulação que contemplou a UFSC, já que a verba para a compra da sede própria da federal não estava na lista inicial de projetos beneficiados informada pelo PAC Universidades.

A preocupação é alimentada pela situação da pauta em Brasília. No ano passado, a Furb entregou ao Ministério da Educação (MEC) estudos e levantamentos sobre o patrimônio da universidade, situação previdenciária dos servidores e demanda por vagas públicas de ensino superior na região. A "lição de casa" foi repassada pelo próprio governo federal, como condição para uma análise mais aprofundada do pleito.

Diante da notícia envolvendo a UFSC, o grupo deve se reunir nos próximos dias para debater os próximos passos da reivindicação. Entre os principais argumentos pró-federalização da Furb — que inclui a incorporação da estrutura da UFSC em Blumenau — estão as entregas feitas ao longo dos últimos 60 anos, com pesquisas, extensão e serviços de apoio à saúde pública, além da formação acadêmica de milhares de profissionais. Na avaliação de fontes ligadas à Furb ouvidas pela coluna, o avanço da UFSC poderia comprometer espaços hoje ocupados pela Furb, o que representaria uma ameaça ao patrimônio construído ao longo de seis décadas.

OPINIÃO

No mundo ideal, o melhor seria que as duas coisas andassem juntas: a federalização da Furb sair do papel e a UFSC ganhar terreno ampliando as opções de cursos de graduação e pós em Blumenau. Ganharia não apenas a cidade, mas todo o Médio Vale do Itajaí com uma maior oferta e variedade de cursos gratuitos de ensino superior. Na prática, no entanto, a situação parece não ser tão simples.

REVITALIZAÇÃO

O Centro Comunitário Esportivo do bairro Fortaleza, em Blumenau, vai passar por uma ampla reforma. Um projeto que está sendo licitado pela prefeitura prevê a implantação de uma nova quadra poliesportiva, playground com piso emborrachado e mesas de piquenique. O serviço está orçado em R$ 811 mil. As propostas das empresas interessadas serão conhecidas no dia 11 de julho.

JEFFERSON **SAAVEDRA**

nsctotal.com.br/saavedra
jefferson.saavedra@nsc.com.br
(47) 3419-2146

Transporte de **passageiros por trens** em Joinville

O edital lançado neste mês pela empresa pública Infra SA, ligada ao Ministério dos Transportes, para contratação de estudos sobre a viabilidade de transporte de passageiros por trens não inclui trechos em Santa Catarina. Mas estudos preparatórios chegaram a analisar ligações no Estado, inclusive na região de Joinville. A Infra definiu seis trechos no País para que as avaliações a serem contratadas indiquem os custos para viabilizar o transporte — os serviços serão oferecidos por meio de concessão à iniciativa privada. Na região Sul, as análises serão feitas nos segmentos entre Londrina e Maringá, no Paraná, e entre Pelotas (RS) e Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

As ligações avaliadas envolvendo Joinville começaram com uma série ampla de traçados. Após aplicação de critérios, restaram os trechos de conexão de Joinville com Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e Mafra. Com o Paraná, aparece o trajeto com Curitiba. A existência de linha férrea é um dos principais filtros — houve avaliação também de ligações com Itajaí e Guaratuba, mas não linha férrea com as cidades.

No caso do traçado com Florianópolis, a conexão analisada seria um eixo com Porto Alegre, Criciúma e Itajaí, com possível extensão até Curitiba, com a qual a ligação de Joinville é parcial. Mas tal eixo não chegou à relação das 39 ligações "finais" da região Sul. Foi dessa lista que saíram os dois trechos que vão passar por estudos de viabilidade. As demais ligações, eventualmente, podem ser avaliadas no futuro.

Em 2021, a prefeitura de Joinville consultou o Ministério dos Transportes sobre a possibilidade de a ferrovia que corta o município também realizar o transporte de passageiros — o ramal opera somente com cargas. A resposta foi buscar a inclusão do serviço nas tratativas de antecipação da renovação do contrato da Malha Sul, atual concessionária da ferrovia.

DECISÃO MANTIDA

Em decisão nesta semana, a Justiça não aceitou pedidos da CBF e do Athletico Paranaense e manteve a sentença de condenação ao pagamento de indenização por causa dos incidentes na partida disputada em dezembro de 2013 em Joinville. O jogo entre Athletico e Vasco foi marcado por brigas entre torcedores. A confederação e o clube mandante da partida podem recorrer em outras instâncias do Judiciário.

AÇÃO DO MP

Após a sentença de condenação de pagamento de R$ 300 mil (a serem corrigidos desde 2013) por causa dos incidentes na partida da Série A, CBF e Athletico questionaram pontos da decisão. A 1ª Vara da Fazenda Pública de Joinville não acolheu os argumentos e manteve a decisão. Na ação apresentada em 2014 pelo Ministério Público de Santa Catarina, alegou que não foram tomadas as medidas de segurança necessárias para a partida.

ARQUIVO PESSOAL

ONDE PODE NAVEGAR

A navegabilidade sob duas pontes em construção em Joinville foi encarada de forma diferente. No caso da ligação sobre o Rio Cachoeira (foto), a estrutura teve alteração no projeto em 2021 para permitir a passagem de embarcações maiores. A ponte próxima da região central deve ser concluída em julho. Na construção perto da Arena Joinville, na Rua Nacar, a ponte é mais baixa, com restrição de navegação. A Câmara de Vereadores vai discutir a questão. A prefeitura alega que o local da ponte no Bucarein não está em rota de navegação.

FORA DE PAUTA

Tema de polêmica no final da década passada, a criação de uma unidade de conservação na zona Oeste de Joinville sumiu da pauta ambiental da cidade. Quando a proposta de implantação de uma área de relevante interesse ecológico (Arie) foi apresentada, em 2019, teria abrangência de 2,7 mil hectares, incluindo os morros dos bairros São Marcos e Atiradores e outras áreas. A denominação seria Arie Piraí, uma referência ao rio do mesmo nome da região.

OUTRA PRIORIDADE

Só que surgiram resistências e foram sugeridas áreas de menor porte, com menos de mil hectares. Ainda no governo Udo Döhler, a unidade de conservação, uma compensação pelas obras do Rio Mathias, perdeu força. No governo Adriano Silva, o tema nem entrou em pauta porque a prioridade foi a elaboração de planos de manejo das unidades de conservação já existentes.

O CLIMA, O MOSQUITO, A DENGUE

Mudanças climáticas aumentam a temperatura média em Santa Catarina e contribuem para proliferação do mosquito da dengue, revela estudo da Fiocruz. Estado registra recorde de casos e mortes atrelados à infestação do *Aedes aegypti,* que encontra cenário ideal para se reproduzir em massa

Antes ela atrapalhava um pouco. Agora, incomoda muito mais. O aumento expressivo de casos de dengue em Santa Catarina nos últimos anos acendeu um sinal de alerta: seria esse mais um indicativo das mudanças climáticas? Especialistas têm certeza que sim. Em 2024, no mesmo ano em que os óbitos de catarinenses pela doença alcançaram patamares históricos, o Estado enfrentou, ainda, a chegada de um novo vírus relacionado aos mosquitos: a febre do Oropouche.

Em comum, além de boa parte dos sintomas e a falta de um remédio específico para cada uma, as duas enfermidades têm como transmissores esses pequenos insetos. A febre do Oropouche, conhecida como a "doença do maruim", já que o mosquito é o principal vetor, não preocupa tanto porque até agora não houve registros de infectados que morreram por conta dela no Brasil. O mesmo não ocorre com a dengue, que sobrecarrega o sistema da Saúde e causa mortes.

CLIMA FAVORÁVEL

Christovam Barcellos, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz, publicou recentemente no portal científico Nature um artigo que relaciona o avanço da dengue no país com as mudanças climáticas. Para ele, entre todos os fatores que explicam o aumento nos números — incluindo em SC —, o clima é o principal:

— Parece que estamos mudando de patamar. Essa repetição das ondas de calor, aumento de chuvas e verões mais duradouros tornaram as regiões mais suscetíveis — diz.

Muito além da falta de cuidado com a água parada, as ações dos moradores ao longo dos anos contribuíram para a aceleração da elevação da temperatura média do planeta e, com isso, de Santa Catarina, que antes tinha as estações mais bem definidas, começou a sofrer uma "tropicalização", com dias quentes e uma menor variação nos termômetros. Em Florianópolis, por exemplo, a temperatura média entre 1991 e 2020 ficou 1ºC mais alta em relação ao registrado nas três décadas anteriores, mostra um levantamento do Instituto Nacional de Meteorologia.

A reprodução do Aedes aegypti é viável entre 18ºC e 33ºC, cita a pesquisa de Barcellos. Quando há muitos dias de frio, os mosquitos morrem, mas os ovos resistem por meses a fio, complementa o entomólogo Marcelo Vitorino, especialista em insetos. Assim que o período mais quente volta, eles eclodem, as larvas ressurgem e todo o ciclo recomeça. Não à toa, os meses mais críticos de casos são os primeiros do ano, na época do verão.

— O Aedes aegypti é uma espécie invasora e exótica que já foi erradicada, mas voltou ao país na década de 1950. Agora não tem mais como acabar com ela devido à proporção que tomou — lembra Vitorino.

Dentro da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (Dive) de Santa Catarina, as questões climáticas também são vistas como a principal explicação para a transmissão da dengue ter atingido uma "magnitude importante" no Estado, como avalia o diretor da instituição, João Augusto Fuck:

— Nos últimos anos nós não vemos mais invernos tão rigorosos, ou seja, durante todo o ano as temperaturas estão mais elevadas, com chuvas mais concentradas, o que significa uma condição ambiental muito favorável para reprodução do mosquito.

REPORTAGEM
BIANCA BERTOLI
bianca.bertoli@nsc.com.br

DESIGN
CILIANE PEREIRA
ciliane.gularte@nsc.com.br

INFOGRAFIA
BEN AMI SCOPINHO
ben.scopinho@nsc.com.br

FOTOGRAFIA
PATRICK RODRIGUES
patrick.rodrigues@nsc.com.br

EDIÇÃO
AUGUSTO ITTNER
augusto.ittner@nsc.com.br

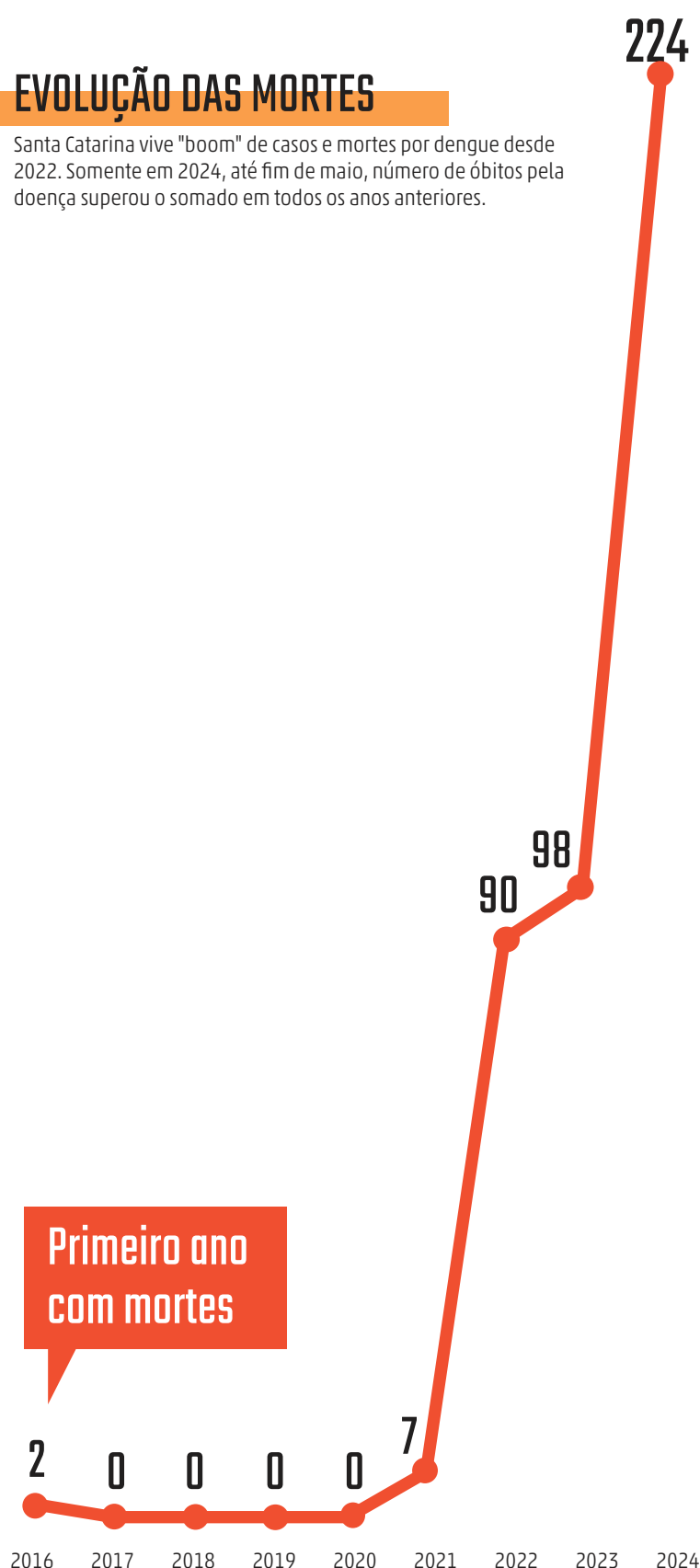
Em SC, entre 2014 e 2024 foram notificados **579 mil** casos prováveis de dengue

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE/SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO

FOTOS DIVULGAÇÃO

1 A um mês do Ultraman, Yan Leduc teve dengue e enfrentou os sintomas clássicos da doença

2 Mesmo com toda a dificuldade e seis quilos a menos, conseguiu se recuperar e concluir a prova

6,7 mil
catarinenses precisaram de internação por conta da dengue até junho de 2024, segundo o Estado

Um retrato da doença em SC

Os números mostram uma clara expansão da área de transmissão da dengue em direção ao Sul do Brasil, evidencia o estudo de Christovam Barcellos. Ao observar o avanço de focos e casos ao longo do tempo em Santa Catarina, é possível perceber que boa parte da região serrana vem escapando da preocupante estatística. Não por coincidência, esse é o ponto mais frio do Estado, onde, por enquanto, as consequências do aumento de temperatura não são tão perceptíveis.

— A Serra tem dias de calor, mas eles duram pouco, por isso que ela ainda está sendo poupada — detalha.

Apesar das características geográficas protegerem a Serra, mais da metade de Santa Catarina já se encontra em condição de infestação da doença, segundo dados da Dive. Dos quatro sorotipos de dengue existentes no Brasil, dois circulam pelo Estado.

— Se o sorotipo 3 chegar a Santa Catarina vem a preocupação com quem já adoeceu uma, duas vezes e tem de enfrentar a terceira. As infecções posteriores geram risco de casos mais graves — revela Fuck.

Quem pegou dengue torce — e tem cuidado redobrado — para não contrair o vírus novamente, garante o personal trainer e treinador de triathlon de Blumenau, Yan Leduc. O diagnóstico dele foi um dos 176,8 mil confirmados no Estado neste ano até começo de junho. Mesmo tendo como hábito passar repelente diariamente, junto com a esposa e a filha pequena, o atleta não conseguiu evitar a doença.

Yan, que treina duas vezes ao dia, ficou "derrubado". Foram duas semanas difíceis, uma delas apenas deitado, sem forças sequer para pegar um copo d'água e fazer a hidratação necessária para a recuperação. Ele estava há um ano se preparando para uma competição de três dias, o Ultraman. A dengue chegou um mês antes da prova.

Ele conseguiu vencer o vírus e se livrou da fraqueza no corpo, da dor nas articulações, da febre e de todos os outros sintomas da doença a tempo de enfrentar o grande desafio, mesmo com a perda de seis quilos.

O blumenauense teve a sorte de não pertencer ao grupo de 6,7 mil infectados catarinenses que necessitaram de internação em 2024, até o começo de junho. Entre os que tiveram dengue nos primeiros cinco meses deste ano, 224 morreram devido às complicações, o maior número desde que o primeiro surto foi identificado no Estado, em 2014, em Chapecó, Maravilha (ambas no Oeste) e Itapema (no Litoral Norte).

Em 2016, dois moradores morreram por conta da dengue e oito cidades catarinenses atingiram o nível de epidemia. Atualmente são 168 municípios infestados pelo mosquito. Na visão de Barcellos, os óbitos são totalmente evitáveis, bastando um investimento alto em vacinação.

EVOLUÇÃO DAS MORTES

Santa Catarina vive "boom" de casos e mortes por dengue desde 2022. Somente em 2024, até fim de maio, número de óbitos pela doença superou o somado em todos os anos anteriores.

Fonte: Diretoria de vigilância Epidemiológica, SC
Infográfico: Aurora Ribas | Jovem Aprendiz NSC Comunicação

>> SEGUE >>

A CULPA É NOSSA

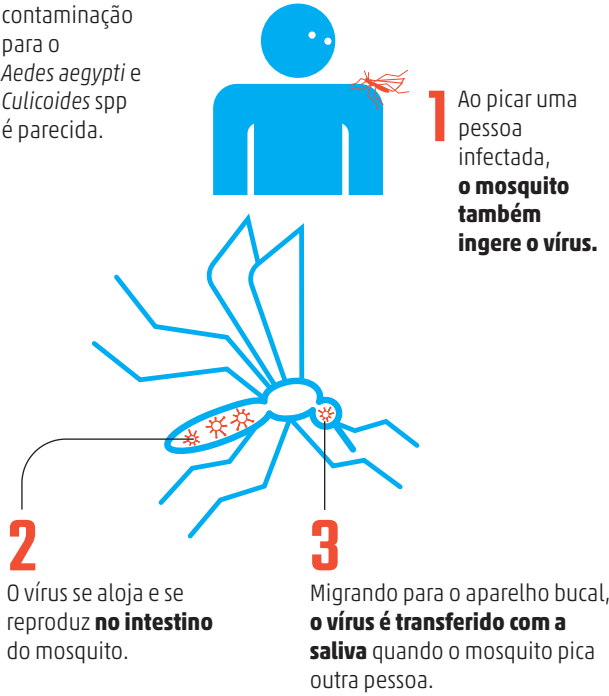
Por trás de todo esse cenário estão exclusivamente as ações humanas. Vitorino e Fuck fazem uma série de críticas a hábitos de um cotidiano cheio de erros, que vão desde o lixo acumulado em terrenos, a água parada em ambientes profissionais e residenciais, até as dificuldades do poder público em fazer as ações de vigilância epidemiológica e controle vetorial.

— Não sei qual estratégia ainda precisa ser adotada para conscientizar as pessoas. Não adianta tentar agir quando o problema já está estabelecido — enfatiza o entomólogo Marcelo Vitorino.

Junto com essas pequenas ações estão as grandes atitudes e decisões que moldam o presente e o futuro. É preciso pensar no macro e combater as mudanças climáticas. Christovam Barcellos cita, como todos os especialistas quando são questionados sobre o assunto, a drástica diminuição da emissão de gases poluentes, vinda principalmente da queima de combustíveis fósseis como o petróleo, gás natural e carvão.

— Ou pelo menos localmente manter áreas verdes (incluindo a mata ciliar), já que isso segura um pouco os picos de temperatura e garante biodiversidade, que é importante (por conta dos predadores dos mosquitos) — complementa o profissional.

Como controlar o clima se torna apenas um sonho da ciência diante das ações da sociedade, o aumento da temperatura média vai se confirmando e o catarinense precisa decidir: ou muda de postura para tentar amenizar os impactos ou aceita que a dengue veio para ficar, não se limitando apenas a surtos pontuais.

ESTÁGIOS DA CONTAMINAÇÃO

As fêmeas são as responsáveis pelas picadas, pois necessitam das proteínas do sangue para maturar os órgãos reprodutivos e incubar os ovos.

Infográfico: Ben Ami Scopinho, NSC Comunicação
Fonte: Professor Marcelo Diniz Vitorino, engenheiro florestal e entomólogo da FURB.

OUTRO MOSQUITO, OUTRA DOENÇA

Nas redes sociais, as imagens impressionaram. Pequenos "pontos" pretos disputavam espaço nas pernas dos moradores de Luiz Alves, no Vale do Itajaí. Eram os maruins (Culicoides spp), espécie de mosquito comum na cidade conhecida pelos bananais. Eles tomaram uma proporção tão grande que a prefeitura chegou a decretar situação de emergência neste ano. "Os municípes não suportam mais o desconforto das picadas", dizia o documento.

A situação na cidade de cerca de 12 mil habitantes foi um prenúncio do que estava por vir. Semanas depois, Santa Catarina constatou a chegada de mais uma doença transmitida por mosquitos. A febre do Oropouche, comum na região Amazônica, teve o primeiro caso confirmado em solo catarinense em abril. Porém, o diretor da Dive-SC alerta que os diagnósticos podem ter surgido somente este ano por conta da ampliação dos testes.

Com sintomas muito semelhantes à dengue, o olhar nunca havia se voltado ao Oropouche justamente pela gravidade, já que essa é uma doença que não leva à morte. Atrelada ao maruim, um mosquito nativo e muito presente no Estado, o controle da febre do Oropouche é mais difícil devido à forma como o vetor se reproduz.

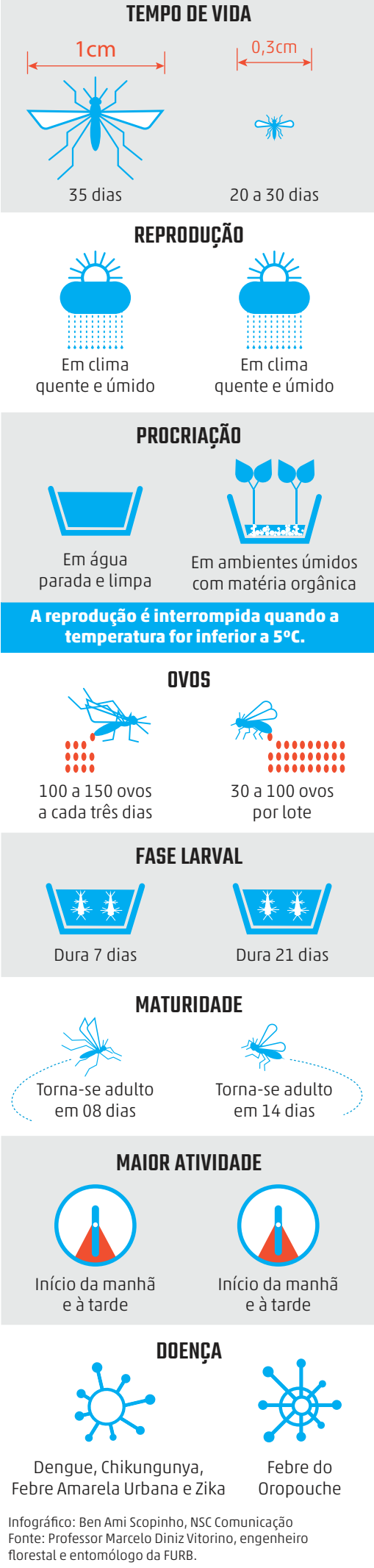
— O maruim precisa de matéria orgânica e áreas úmidas. Está muito associado à bananicultura, mas já está tão estabelecido que começou a atingir outras áreas, como as casas das pessoas. Até a grama cortada acumulada serve para ele se reproduzir — exemplifica o entomólogo.

Desde a confirmação dos primeiros infectados em Botuverá, Luiz Alves e Brusque, a Dive começou a mapear junto com os municípios e Ministério da Saúde o comportamento da doença. Ou seja, desde o quadro de saúde dos moradores até análises laboratoriais para descobrir os vetores, já que a transmissão ocorre não somente pelo maruim como também por outras espécies de mosquitos.

— Não vamos ter uma ação de controle vetorial como tem com a dengue, mas quando a gente fala de Oropouche é importante estabelecer as medidas de proteção individual: manter os terrenos limpos, livres de matérias orgânicas como folhas, galhos e resíduos. Colocar telas em janelas e portas e fazer uso de repente — ressalta João.

Agora, quando uma pessoa tem um quadro semelhante à dengue mas testa negativo para a doença, há a recomendação de fazer o teste para a febre do Oropouche. Com o tempo, a Dive terá um monitoramento mais consolidado sobre a situação da nova enfermidade em Santa Catarina.

Afinal, quantas doenças precisarão surgir para que tenhamos consciência de que a culpa também é nossa?

	Aedes aegypti	Culicoides spp
TEMPO DE VIDA	1cm — 35 dias	0,3cm — 20 a 30 dias
REPRODUÇÃO	Em clima quente e úmido	Em clima quente e úmido
PROCRIAÇÃO	Em água parada e limpa	Em ambientes úmidos com matéria orgânica
OVOS	100 a 150 ovos a cada três dias	30 a 100 ovos por lote
FASE LARVAL	Dura 7 dias	Dura 21 dias
MATURIDADE	Torna-se adulto em 08 dias	Torna-se adulto em 14 dias
MAIOR ATIVIDADE	Início da manhã e à tarde	Início da manhã e à tarde
DOENÇA	Dengue, Chikungunya, Febre Amarela Urbana e Zika	Febre do Oropouche

A reprodução é interrompida quando a temperatura for inferior a 5ºC.

Infográfico: Ben Ami Scopinho, NSC Comunicação
Fonte: Professor Marcelo Diniz Vitorino, engenheiro florestal e entomólogo da FURB.

NÚMERO DE ABORTOS LEGAIS CRESCE EM SC

Com quatro hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde, Santa Catarina teve a maior quantidade de procedimentos do tipo registrados desde 2018

KÁSSIA SALLES
kassia.silva@nsc.com.br

Santa Catarina tem quatro hospitais indicados pelo Ministério da Saúde onde abortos legais (nos casos previstos na legislação atual) podem ser feitos. Eles ficam nas maiores cidades do Estado: Joinville, Blumenau, São José e Florianópolis. Nestas unidades, só em 2023, foram realizados 142 interrupções de gestações previstas em lei. Foi o ano com mais procedimentos desde 2018.

De acordo com o Mapa do Aborto Legal, as unidades atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para Daniela Gonçalves, membro da Comissão de Direito da Saúde da Ordem dos Advogados (OAB) de SC, apertar mais a legislação do aborto dificulta ainda mais o acesso de meninas e mulheres ao direito.

E apertar mais o cinto da legislação é o que prevê o Projeto de Lei (PL) 1904 de 2024. O texto equipara o aborto acima das 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo quando a gravidez é fruto de um estupro.

— É um retrocesso — considera a advogada.

O aborto é crime no Brasil, exceto em três condições: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante; quando o feto é anencefálico, ou seja, possui máformação que impede o desenvolvimento do cérebro; ou quando a gravidez é resultado de um estupro. Estas exceções são previstas no Código Penal brasileiro (no caso da anencefalia, se trata de um entendimento do Supremo Tribunal Federal).

— É uma legislação de quase 100 anos, uma conquista histórica de meninas e mulheres — afirma Daniela.

Em Santa Catarina, de 2018 a 2023, foram realizados 597 procedimentos que se enquadram nas três exceções da lei. Quase 600 meninas e mulheres foram atendidas pela lei.

— Os reflexos [da possível aprovação do PL 1904] são problemáticos. Isso pode influenciar a clandestinidade — afirma Daniela Gonçalves.

— Pode haver uma sobrecarga do sistema de saúde pelas complicações de procedimentos clandestinos. A criminalização não impede que os abortos aconteçam — completa.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), informou na terça-feira (18) que irá criar uma comissão para debater o PL 1904 A decisão ocorre após críticas ao teor do projeto e pelos deputados federais terem aprovado regime de urgência para a proposta.

ENTENDA O PROJETO DE LEI

- O Projeto de Lei 1904/24 equipara o aborto acima de 22 semanas de gestação ao homicídio, aumentando de dez para 20 anos a pena máxima para quem fizer o procedimento.
- O texto fixa em 22 semanas de gestação o prazo máximo para abortos legais. Hoje em dia, a lei permite o aborto nos casos de estupro, de risco de vida à mulher e de anencefalia fetal (quando não há formação do cérebro do feto). Atualmente, não há no Código Penal um tempo máximo de gestação para o aborto legal.
- Na legislação atual, o aborto é punido com penas que variam de um a três anos de prisão, quando provocado pela gestante; de um a quatro anos, quando médico ou outra pessoa provoque um aborto com o consentimento da gestante; e de três a dez anos, para quem provocar o aborto sem o aval da mulher.
- Se o projeto de lei for aprovado, a pena para as mulheres vítimas de estupro será maior do que a dos estupradores, já que a punição para o crime de estupro é de dez anos de prisão, e as mulheres que abortarem, conforme o projeto, podem ser condenadas a até 20 anos de prisão.

Top Car Veículos S.A. CNPJ: 02.507.162/0001-46
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equiv.de caixa	5	19.511.784	21.842.291
Contas a receber de clientes	6	22.934.633	17.360.556
Estoques	7	87.875.037	41.540.113
Impostos a recuperar		15.532	-
Outras contas a receber	8	4.156.978	3.461.186
		134.493.964	84.204.146
Não circulante			
Outras contas a receber	8	387.726	370.126
Imobilizado	9	46.646.240	47.184.634
Ativo de direito de uso		2.417.196	1.965.708
		49.451.162	49.520.468
Total do ativo		**183.945.126**	**133.724.614**
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Empréstimos e financ.	10	53.046.841	30.999.402
Fornecedores	11	6.846.042	7.418.088
Obrigações sociais e trabalhistas		4.627.838	4.289.396
Obrigações tributárias		4.779.631	1.825.162
Passsivo de arrendamento		1.006.212	1.054.562
Outras contas a pagar		9.298.217	7.408.796
		79.604.781	52.995.406
Não circulante			
Passsivo de arrendamento		1.461.065	953.861
Patrimônio líquido			
Capital social	14	35.450.000	35.450.000
Reservas de lucros		67.429.280	44.325.347
		102.879.280	79.775.347
Total do passivo/patrimônio líq.		**183.945.126**	**133.724.614**

Demonstrações de resultados

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15	788.827.241	632.540.298
Custo produtos vendidos	16	(689.687.959)	(554.520.971)
Lucro bruto		99.139.282	78.019.327
Receitas(despesas)operacionais			
Vendas	16	(13.906.744)	(12.065.379)
Administrativas e gerais	16	(40.946.273)	(35.378.515)
Outras receitas	17	7.009.613	2.647.529
Outras despesas	17	(5.244.349)	(1.308.657)
		46.051.529	31.914.305
Lucro operac.antes resultado financ.			
Receitas financeiras	18	1.374.430	420.097
Despesas financeiras	18	(2.649.102)	(1.905.849)
Resultado antes do IR e CS		44.776.857	30.428.553
IR e cont. social correntes	12	(14.474.411)	(9.844.434)
Resultado líquido do exercício		**30.302.446**	**20.584.119**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2023	2022
Resultado do exercício	30.302.446	20.584.119
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**30.302.446**	**20.584.119**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operac.	Nota	2023	2022
Resultado do exercício		30.302.446	20.584.119
Ajustes por:			
IR e contribuição Social	12	14.474.411	9.844.434
Depreciação e amortização	16	4.671.040	4.540.804
Baixas de ativo imobilizado		-	5.676
Juros sobre passivos de arrendamento		4.546	63.911
Juros sobre emp.e financ.	10	2.401.024	1.596.459
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	6	103.843	50.420
		51.957.310	36.685.823
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(5.677.920)	(7.119.512)
Estoques		(46.334.924)	(10.008.941)
Impostos a recuperar		(15.532)	1.269.809
Outras contas a receber		(713.392)	595.036
Fornecedores		(572.046)	(746.058)
Obrig.sociais,trabalhistas e tributarias		1.765.268	114.032
Outros passivos		1.889.421	(86.244)
Juros sobre emp.e financ.pagos	10	(2.401.024)	(1.596.459)
IR e contribuição social pagos		(12.946.768)	(10.036.844)
Cxa líq.(aplicado nas)proveniente das atividades operacionais		(13.049.607)	9.070.642
Fluxos de cxa das ativ.de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado e ativo intangível	9	(2.507.541)	(2.254.561)
Cxa líq.aplicado nas ativ.invest.		(2.507.541)	(2.254.561)
Fluxos de cxa das ativ.de financ.			
Captações de emp.e financ.	10	608.807.621	443.432.371
Emp.e financ.pagos(principal)	10	(586.760.182)	(437.586.125)
Pagto de passivos arrendamentos		(1.622.285)	(1.621.169)
Pagamento de dividendos		(7.198.513)	(1.500.000)
Cxa líq.prov.das ativ.financ.		13.226.641	2.725.077
Aumto(redução) cxa e equiv.cxa		(2.330.507)	9.541.158
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		21.842.291	12.301.133
No final do exercício		19.511.784	21.842.291
		(2.330.507)	**9.541.158**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		**35.450.000**	**2.217.235**	**27.087.721**	**-**	**64.754.956**
Resultado do exercício		-	-	-	20.584.119	20.584.119
Constituição de reserva legal		-	1.029.206	-	(1.029.206)	-
Distribuição de lucros		-	-	(675.000)	-	(675.000)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.063.728)	(4.063.728)
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(825.000)	(825.000)
Constituição de reserva de lucros		-	-	14.666.185	(14.666.185)	-
Saldos em 31/12/2022		**35.450.000**	**3.246.441**	**41.078.906**	**-**	**79.775.347**
Resultado do exercício		-	-	-	30.302.446	30.302.446
Constituição de reserva legal	14.b	-	1.515.122	-	(1.515.122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.c	-	-	-	(5.973.513)	(5.973.513)
Juros sobre capital próprio	14.d	-	-	-	(1.225.000)	(1.225.000)
Constituição de reserva de lucros		-	-	21.588.811	(21.588.811)	-
Saldos em 31/12/2023		**35.450.000**	**4.761.563**	**62.667.717**	**-**	**102.879.280**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Roberto Carlos Moreira Carvalho
Presidente
CPF:XXX.324.560-00

Jair Pacheco
Contador
CRC SC 028779/O-0
CPF XXX.036.299-24

Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes

CNPJ Nº 01.335.341/0001-80 - NIRE 42.300.028.312

ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE DEBÊNTURES DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2024. DATA, HOTA E LOCAL: Realizada em 24 de maio de 2024, às 11 horas, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), por meio do sistema eletrônico “Microsoft Teams”, sendo a presente assembleia geral de debenturistas (“Assembleia”), para todos os fins e efeitos, considerada realizada na sede social da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes, localizada na Cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, na Avenida Portuária Vicente Coelho, nº 1, São Domingos, CEP 88370-904 (“Emissora”). **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, e artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença dos debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, da Emissora (“Debenturistas”, “Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), realizada de acordo com os termos e condições do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes” (“Escritura de Emissão”). **MESA:** Presidida pela Sra. Priscila Monique Xavier Hsieh e secretariada pelo Sr. Pedro Henrique Ramos Figueiredo. **ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a aprovação de consentimento prévio (*waiver*) para a prorrogação, em 3 (três) meses, do Período de Aditamento de Sustentabilidade (conforme definido na Escritura de Emissão), originalmente previsto na Escritura de Emissão, alterando, dessa forma, o prazo que se encerraria em 30 de maio de 2024, para 30 de agosto de 2024 (“Novo Período de Aditamento de Sustentabilidade”), de forma que a faculdade, concedida à Emissora nos termos da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão, de solicitar a conversão das Debêntures em “debêntures vinculadas a sustentabilidade” se estenda até o término do Novo Período de Aditamento de Sustentabilidade; e (ii) a autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário a praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento da matéria acima, inclusive, sem limitação, a autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para celebrarem aditamento à Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da presente ata, de modo a fazer constar o Novo Período de Aditamento de Sustentabilidade, em linha com as deliberações da presente Assembleia (“Aditamento à Escritura de Emissão”). **DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme percentuais abaixo, foi deliberado que: (i) 100% (cem por cento) dos Debenturistas presentes, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), aprovaram o consentimento prévio (*waiver*) para a prorrogação do Período de Aditamento de Sustentabilidade, originalmente previsto na Escritura de Emissão, para o Novo Período de Aditamento de Sustentabilidade, de forma que a faculdade, concedida à Emissora nos termos da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão, de solicitar a conversão das Debêntures em “debêntures vinculadas a sustentabilidade” se estenda até o término do Novo Período de Aditamento de Sustentabilidade; e (ii) 100% (cem por cento) dos Debenturistas presentes, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), aprovaram a autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário a praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento da deliberação acima, inclusive, sem limitação, a autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para celebrarem o Aditamento à Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da presente ata, de modo a fazer constar o Novo Período de Aditamento de Sustentabilidade, em linha com as deliberações da presente Assembleia. **DISPOSIÇÕES FINAIS:** Sem prejuízo da imediata eficácia das deliberações ora aprovadas, fica ainda a Emissora obrigada a celebrar o Aditamento à Escritura de Emissão no prazo acima previsto, bem como a promover o protocolo para o respectivo registro do Aditamento à Escritura de Emissão no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da assinatura do Aditamento à Escritura de Emissão, seguindo os prazos de registro estipulados na Escritura de Emissão. A Emissora neste ato, reconhece que o descumprimento da obrigação de celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, no prazo pactuado na presente Assembleia, resultará na invalidade automática da anuência prévia deliberada na presente Assembleia, com a consequente restituição do Período de Aditamento de Sustentabilidade originalmente pactuado na Escritura de Emissão. As aprovações objeto das deliberações da presente Assembleia devem ser interpretadas restritivamente como mera liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não devem ser consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos a ela relacionados, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia. As Partes poderão assinar a presente Assembleia por meio eletrônico, sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretratável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. Os termos que não estejam expressamente definidos neste instrumento terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Demais termos da Escritura de Emissão permanecem inalterados. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Presidente, pelo Secretário, pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, sendo autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos do parágrafo segundo do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Presidente: Priscila Monique Xavier Hsieh; Secretário: Pedro Henrique Ramos Figueiredo; Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes: Renê Duarte e Silva Júnior e Osmari de Castilho Ribas; Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: Luís Eduardo Ferreira Rodrigues. A Presidente, ainda, nos termos do artigo 47º, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81, registra a presença dos Debenturistas presentes, conforme verificou-se da Lista de Presença constante do Anexo I da presente ata, sendo assim dispensadas suas respectivas assinaturas ao final desta ata. **Esta cópia está em conformidade com o original, tal como registado no livro apropriado.** Diego de Paula. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certifico o Registro em 06/06/2024 - Data dos Efeitos 05/06/2024 - Arquivamento 20243979231 Protocolo 243979231 de 31/05/2024 NIRE 42300028312. Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx - Chancela 44613559362543. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/06/2024. Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral.

GESTÃO DE VALOR

ideias mudam o futuro

27/06 qui

Square SC - Torre Business Center
Auditório no 2º andar - Rod. José Carlos Daux, 5500

Inscreva-se
> > >

PATROCÍNIO

APOIO

REALIZAÇÃO

RODRIGO **FARACO**

nsctotal.com.br/faraco
rodrigo.faraco@nsc.com.br
@RodrigoFaraco

Qual é o Criciúma **real**?

O Criciúma tem sido muito inconstante no Brasileirão. Faz um jogo equilibrado com o Palmeiras e logo depois perde de goleada para o Cuiabá; faz um grande primeiro tempo diante do Bahia, mas se atrapalha sozinho na segunda etapa; é um time sonolento na primeira parte contra o Atlético-GO e volta voando depois do intervalo para virar o jogo. Afinal, qual o Criciúma real?

Parece que Tencati ainda procura este Tigre mais estável, mudando escalações e até configurações táticas. A formação com três volantes e um meia foi a que trouxe desempenho depois da derrota para o Cuiabá.

O jogo contra o Botafogo neste sábado (22), às 16h, em casa, é pancadaria. O time carioca é uma equipe muito intensa e forte fisicamente, que marca muito sem a bola e joga com qualidade com ela no pé, além de usar muito bem o espaço e a velocidade. O Criciúma vai precisar ser estratégico e mais constante em campo para fazer resultado.

É mais um grande jogo que o Heriberto Hülse recebe neste ano de Série A. Com a bela vitória do meio de semana diante do Atlético-GO, é promessa de estádio cheio novamente. Vai ser um espetáculo.

FICA OU NÃO FICA NO AVAÍ

O artilheiro do Avaí na temporada, Gabriel Poveda, tem contrato terminando no dia 30. E até agora não há nenhuma sinalização clara de que o Avaí está correndo atrás da sua permanência para a sequência da Série B. O que é, no mínimo, estranho. Nenhum time gostaria de perder seu artilheiro.

O Avaí parece dar de ombros. Se ficar, ficou; se não ficar, não ficou. Andei questionando nos bastidores e recebi uma resposta curta: “estamos conversando”. É aguardar pra ver e entender. Mas se fosse apostar agora, apostaria no “não fica”.

SELEÇÃO TEM MISSÃO ESPECIAL NA COPA AMÉRICA

A jovem Seleção Brasileira que está nos Estados Unidos para mais uma edição da Copa América precisa reconquistar o torcedor. É uma missão paralela, que vai além do jogo a jogo e da disputa centenária e histórica. Já faz algum tempo que há esse distanciamento e certo desinteresse do torcedor com a Seleção.

As derrotas em Copas do Mundo, a perda da última Copa América em casa para a Argentina, o início ruim das Eliminatórias, com derrotas para Colômbia, Argentina e Uruguai... tudo isso desanima e afasta a torcida brasileira. Além da perda das referências. Há poucos jogadores nesse time atual com os quais o torcedor realmente se identifica. O famoso “me representa”. Talvez só mesmo Vini Jr.

O time de Dorival Júnior não chega como favorito. Na realidade, está longe disso. Mas poderia surpreender com atuações fortes, competitivas, colocando talento em campo — talento que sobra pra essa gurizada. E um pouco de diversão também, com dribles, tabelas e gols.

A partir desta segunda-feira (24), contra a Costa Rica, o torcedor vai acompanhar. Vai ser aquele “não tô ligando, mas tô vendo”. Mas, na verdade, ele está louco para se iludir novamente. Quem sabe não aparece algo diferente com a Seleção, como uma surpresa, que possa agradar e reaproximar um pouco o torcedor brasileiro?

RAFAEL RIBEIRO, CBF, DIVULGAÇÃO

Seleção do técnico Dorival Júnior não é favorito na Copa América, e precisa reconquistar torcedor

COM A **NOVA VERSÃO DO APP FLORIPA NO PONTO**, ALÉM DE ACOMPANHAR O HORÁRIO DE CHEGADA DO ÔNIBUS E CONSULTAR LINHAS E ROTAS, VOCÊ TAMBÉM COMPRA PASSAGENS AVULSAS E CRÉDITOS PARA O SEU CARTÃO PASSE RÁPIDO.

floripanoponto2.0

ATENÇÃO:

A VERSÃO 1.0 DO APP SERÁ DESATIVADA EM 31 DE MAIO.

BAIXE AGORA

Google Play

App Store

consorciofenix.com.br

DONA LURDINHA É ELEITA **BLUMENAUENSE DO ANO**

Fundadora do Centro de Estimulação Visual e Apoio Pedagógico (Cevap) de Blumenau foi a escolhida em votação popular do Prêmio Viva Blumenau; conheça os vencedores de todas as categorias

Dona Lurdinha, fundadora do Centro de Estimulação Visual e Apoio Pedagógico (Cevap) de Blumenau, foi eleita em votação popular a Blumenauense do Ano em 2024. O anúncio ocorreu na manhã de quarta-feira (19) no Neumarkt Shopping, e marca a cereja do bolo do Prêmio Viva Blumenau, que valoriza pessoas e projetos da cidade.

Maria de Lourdes Marcos é conhecida como Dona Lurdinha do Cevap. A voluntária é professora, psicóloga e pedagoga e ajuda crianças e adolescentes a enfrentarem os desafios da cegueira e da baixa visão. Para manter o Cevap funcionando há 24 anos, ela organiza jantares, pedágios e até mesmo rifas com produtos que recebe em doações. Atualmente, atende mais de 60 crianças e adolescentes de zero a 16 anos, de Blumenau e região, portadores de deficiência visual, baixa visão (visão subnormal) e cegos.

O objetivo é apresentar jovens e crianças ao mundo, onde eles se sintam seguros, preparados para lidar com as adversidades do dia a dia, como cidadãos independentes.

— Esse prêmio é uma bênção. E eu só estou aqui porque desde o começo profissionais como oftalmologistas e neurologistas estiveram comigo, acreditaram no projeto, e até hoje são voluntários — disse Lurdinha ao receber a homenagem.

> Esse prêmio é uma bênção. E eu só estou aqui porque desde o começo profissionais como oftalmologistas e neurologistas estiveram comigo, acreditaram no projeto, e até hoje são voluntários
>
> **DONA LURDINHA,** fundadora do Cevap

Conhecida como Dona Lurdinha do Cevap, Maria de Lourdes Marcos ajuda portadores de deficiência visual, baixa visão (visão subnormal) e cegos

FOTOS PEDRO WALDRICH, ESPECIAL

CONHEÇA OS DEMAIS VENCEDORES DO PRÊMIO VIVA BLUMENAU

EDUCAÇÃO - HANDS ON
A programação de robôs é tema desta iniciativa que leva a robótica educacional para crianças a partir dos quatro anos em um colégio particular de Blumenau. O projeto se chama "Hands On" e é fruto de uma parceria com uma empresa blumenauense pioneira no método de introdução precoce dos pequenos ao mundo da construção e programação de robôs

INOVAÇÃO - INSTITUTO GENE
O Instituto Gene é uma associação sem fins lucrativos que promove a conexão entre empresas e investidores que querem empreender. Hoje, são mais de 40 empresas conectadas. entre startups e negócios inovadores. A iniciativa também dá apoio e suporte para projetos que promovem o desenvolvimento econômico e social de Blumenau.

ESPORTE - AGIN
A Associação Ginástica Rítmica de Blumenau (Agin) funciona sem fins lucrativos e oferece aulas para meninas a partir dos três anos de idade. Há quase duas décadas também estimula o desenvolvimento de ritmo, flexibilidade, concentração e outras habilidades, atendendo cerca de 170 crianças, adolescentes e jovens.

MEIO AMBIENTE - TODOS CONTRA A DENGUE
Iniciativa da Escola Estadual de Educação Básica Carlos Techentin, no bairro Passo Manso. O projeto propõe uma abordagem baseada na educação, engajamento comunitário e em medidas preventivas para conter o mosquito da dengue, com alunos desempenhando um papel de protagonistas em todo o processo.

CULTURA - BLUMENAUER VOLKSTANZGRUPPE
O Blumenauer Volkstanzgruppe, o mais antigo Grupo Folclórico de Blumenau, completa 40 anos em 2024. Eles participaram de todas as edições da Oktoberfest e já fizeram turnê pela Alemanha e Áustria, além de já se apresentarem no Europeade, maior festival de danças folclóricas da Europa. Atualmente, possui 73 integrantes, entre 4 e 68 anos.

SOCIAL - GINCANA CIDADE DE BLUMENAU
A Gincana Cidade de Blumenau chega em 2024 à trigésima edição e envolve cerca de mil pessoas todos os anos no mês de setembro — perto do aniversário da cidade. As provas abordam cultura, história de Blumenau e, principalmente, a solidariedade, estimulando, também, a cidadania e a responsabilidade social.

nsctotal.com.br/fernanda
contato@fernandanasser.com.br
@nandanasser

Debutant Fashion Show

O Tabajara Tênis Clube sediou o tradicional "Debutant Fashion Show", um dos mais eventos esperados da agenda das debutantes do ano, criado pelo saudoso Valmir Beduschi. O encontro tem como objetivo homenagear as ex-patronesses do clube e, na ocasião, as debutantes desfilam grifes de lojas da cidade, com looks da Maison Maina, Maina Homem, Vierzon e Swarovski, mostrando o que aprenderam nas aulas de postura e passarela com Malu Bussarello.

Os pares e a madrinha, Bia Belli Piaz Ritzmann de Oliveira, também participaram. As mães organizaram o lanche e as diretoras sociais, Rita Schürmann, Duda Raymundi Fritzsche, Letícia Baumgarten Hering e Maria Rita Reichow, cuidaram dos detalhes da organização. A música ficou por conta do DJ Denny Mello. Mais fotos, vocês conferem no site!

FOTOS PEDRO WALDRICH, DIVULGAÇÃO

As debutantes de 2024 do Tabajara Tênis Clube no evento Debutant Fashion Show, que ocorreu nos salões do clube em Blumenau

As ex-madrinhas dos Bailes de Debutantes do Tabajara no evento que às homenageou

A madrinha do baile de 2024, Bia Belli Piaz Ritzmann de Oliveira, no Fashion Show do TTC

WINE PARK

Foi um sucesso a 7ª edição do Wine Park Decanter, em Blumenau, consolidando o evento no calendário da cidade. Mais uma vez, o espaço da Enoteca Decanter foi ocupado por muita gente para curtir uma tarde agradável com música, boa gastronomia e a melhor seleção de vinhos do país. Cerca de 200 pessoas passaram pelo pátio da enoteca, no bairro Ponta Aguda, e se deliciaram com as entradas e pratos elaborados pela chef Jana Rickmann ou pelos food trucks parceiros: Wood & Smoke BBQ, El Mexicano, Sublime Doces e O Chocolateiro, além de serviço de vinhos em taças e garrafas com preços especiais e música com Ravas. Já aguardamos a próxima edição!

DANIEL ZIMMERMANN, DIVULGAÇÃO

Helô Hermann Dallacorte no Wine Park da Enoteca Decanter, em Blumenau

NATURA

O Neumarkt Shopping promete novidades para este ano, e uma delas será a chegada da loja da Natura. Quem passou pelo primeiro andar do shopping já pôde reparar na imagem com a sua logomarca. E quem ganha somos nós, com mais uma opção de produtos com tradição e qualidade. A empresa foi fundada em 1969 e está presente em sete países da América Latina, além da França, Estados Unidos e Malásia. A nova loja prevê sua abertura em Blumenau no segundo semestre de 2024.

PRÊMIO INTERNACIONAL

O Quality Hotel Blumenau, parte da rede internacional Atlantica Hotels, alcançou um marco significativo: venceu o prestigioso prêmio Best of Choice na premiação anual da Choice Hotels International. Este reconhecimento coloca o hotel entre os melhores do mundo,. A premiação Best of Choice é uma das mais respeitadas no setor hoteleiro, organizada pela Choice Hotels International, concedido apenas a empreendimentos que atingem pontuações excepcionais.

EM ROMA

O blumenauense Ricardo Olinger e Anna Ramirez Tretiakova trocaram alianças em Roma. A cerimônia e recepção ocorreu no Hotel de Russie, hotel histórico e chiquérrimo ao lado da Piazza del Popolo, para 20 convidados. De Blumenau, marcaram presença Paulo e Quinca Vieira, e a prima Flávia Olinger e seu noivo, Samir Ghakim.

ARQUIVO PESSOAL

O blumenauense Ricardo Olinger e sua noiva Anna trocaram alianças em Roma

IMIGRAÇÃO ALEMÃ

No dia 25 de julho será comemorado o bicentenário da imigração alemã no Brasil. Para marcar a data, o artista plástico Luiz Bernardes está preparando uma grande exposição a céu aberto em Blumenau. A mostra será uma homenagem para todos os imigrantes. O projeto tem apoio da Prefeitura de Blumenau, Fundação Cultural e colaboração da professora Sueli Petry.

Acesse o horóscopo também no nsctotal.com.br/horoscopo

SUDOKU

Publicado com autorização da Revista Coquetel

www.coquetel.com.br

Exemplo

5	9	4	6	7	8	3	1	2
	7		5		2			6
2	3			1	4	5	8	7
	8	1	2		6		7	9
9			8		1	2		
4		2		9	7		6	8
6	4			2	3		9	1
8		3		6			2	5
		9	1	8	5		3	4

1 Preencha os espaços em branco com algarismos de 1 a 9, de modo que cada número apareça apenas uma vez na linha.

5		4	6		8		1	2
1	7		5		2			6
2	3			1	4	5	8	7
3	8	1	2		6		7	9
9			8		1	2		
4		2		9	7		6	8
6	4			2	3		9	1
8		3		6			2	5
7		9	1	8	5		3	4

2 O mesmo deve acontecer em cada coluna. Nenhum número pode ser repetido, e todos os números de 1 a 9 se encontram presentes.

5		4	6		8		1	2
	7		5		2			6
2	3			1	4	5	8	7
	8	1	2	5	6		7	9
9			8	4	1	2		
4		2	3	9	7		6	8
6	4			2	3		9	1
8		3		6			2	5
		9	1	8	5		3	4

3 Nos quadrados menores (3x3), a regra é a mesma: aparecem números de 1 a 9, mas nenhum se repete.

A

	6				3		7	
3		8		6		4		1
	1	7			9	3	6	
2		5						
	8						3	
						5		7
	2	9	6			1	8	
5		1		4		7		6
	4		2				5	

B

	5						8	
1			4		8			3
			1		6			
	8	7				6	9	
	6	9				1	2	
			2		9			
4			3		7			6
	1						4	

SOLUÇÃO

A

9	6	2	4	1	3	8	7	5
3	5	8	7	6	2	4	9	1
4	1	7	5	8	9	3	6	2
2	7	5	3	9	4	6	1	8
6	8	4	1	5	7	2	3	9
1	9	3	8	2	6	5	4	7
7	2	9	6	3	5	1	8	4
5	3	1	9	4	8	7	2	6
8	4	6	2	7	1	9	5	3

B

7	5	6	9	2	3	4	8	1
1	9	2	4	7	8	5	6	3
8	3	4	1	5	6	2	7	9
2	8	7	5	3	1	6	9	4
5	4	1	6	9	2	8	3	7
3	6	9	7	8	4	1	2	5
6	7	5	2	4	9	3	1	8
4	2	8	3	1	7	9	5	6
9	1	3	8	6	5	7	4	2

HORÓSCOPO

POR THAÍS MARIANO
Do Portal EdiCase

De 24 a 30 de junho de 2024

ÁRIES (21/3 a 20/4)
O contato com suas memórias nutrirá sua alma e equilibrará emoções. Dedique-se ao autocuidado e à sua criança interna. Fique mais em casa, recorrendo ao suporte familiar. Ilumine sua relação com o passado e esclareça segredos. Na vida financeira, a energia para alcançar objetivos aumentará.

TOURO (21/4 a 20/5)
Vitalidade e clareza ajudarão a buscar independência. Use essa energia conscientemente para evitar conflitos. Direcione sua força sabiamente para grandes conquistas. Necessidade de desacelerar será evidente. Concentre-se em casa e família, filtrando o que deve permanecer internamente.

GÊMEOS (21/5 a 20/6)
Organize sua vida financeira, conscientizando-se dos gastos e focando em objetivos para conforto e estabilidade. Evite gastos desnecessários que buscam conforto emocional. Firme-se em seus valores internos e cuide da espiritualidade. Novos movimentos sociais trarão disposição para novos lugares e pessoas.

CÂNCER (21/6 a 21/7)
Sensibilidade, brilho pessoal e harmonia com os outros estarão em alta. Práticas espirituais ajudarão a cuidar da energia e minimizar desgastes. Uma nova fase financeira demandará melhor administração de recursos. Boas oportunidades de negociações surgirão. Intensifique movimentos com amigos.

LEÃO (22/7 a 22/8)
Fase de encerramentos trará necessidade de isolamento e introspecção. Revise seu último ano para clareza sobre ciclos a finalizar e novos objetivos. Conecte-se com sua espiritualidade para equilíbrio. Mantenha alta a energia para batalhar por suas conquistas profissionais, focando no que realmente importa.

VIRGEM (23/8 a 22/9)
Confiança e determinação para alcançar objetivos aumentarão. Invista em autoconhecimento e estudos sobre filosofias de vida. Sua presença será solicitada por amigos e grupos, com habilidades de liderança em alta. Equilibre a impulsividade e insatisfação, mantendo otimismo e clareza sobre seu caminho.

LIBRA (23/9 a 22/10)
Fase de destaque na vida profissional, com reconhecimento de superiores. Parcerias e negociações benéficas surgirão. Mudanças no trabalho trarão novos movimentos e pessoas. Busque harmonia no trabalho, alinhando-se aos seus valores internos. Enfrente temores aflorados e mantenha foco nos objetivos.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Otimismo e desejo de sair da rotina estarão fortes. Expanda-se e conecte-se com seus valores e verdades. Dedique-se ao autoconhecimento e estudos filosóficos para mais clareza. Equilibre a forma de se relacionar, evitando conflitos ao tentar impor sua vontade. Mantenha foco realista.

SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Dores e medos aflorarão, permitindo ressignificação e libertação de padrões nocivos. Encare desafios para encontrar equilíbrio. Práticas espirituais ajudarão a entender melhor emoções. Rotina movimentada exigirá limites e consciência do que pode ser realizado. Acolha experiências passadas de maneira amorosa.

CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/1)
Busque equilíbrio nos relacionamentos. Evite criar expectativas irreais para prevenir frustrações. Converse claramente sobre expectativas na relação. Controle a tendência de ultrapassar limites e apaixonar-se intensamente. Mantenha senso de realidade para entender melhor o que o outro pode oferecer.

AQUÁRIO (21/1 a 19/2)
Nova fase de organização na rotina demandará planejamento. Priorize cuidar de si, da saúde e fazer atividades prazerosas. Controle sentimentos mal processados para evitar desânimo e problemas de saúde. Equilibrar incômodos exigirá atenção.

PEIXES (20/2 a 20/3)
Fase de conexão com sua essência e brilho pessoal, ideal para desenvolver autoestima e talentos. Cuidado com arrogância e fantasias que criam expectativas exageradas. Vida social estará movimentada; respeite espaços próprios e alheios. Dedique-se a hobbies e artes para bem-estar.

RESUMO DAS NOVELAS

NO RANCHO FUNDO - NSC TV

Segunda-feira, 24/6: Zé Beltino arrasta Marcelo pela cidade e Artur o salva. Caridade aceita sociedade com Artur. Zé Beltino foge ao ver Tia Salete e Floro Borromeu.

Terça-feira, 25/6: Zé Beltino vai embora, e Blandina se preocupa. Marcelo planeja separar Artur e Quinota. Quinota convence Zé Beltino a procurar Blandina. Artur se preocupa com Dona Manuela.

Quarta-feira, 26/6: Blandina é dissimulada com Zé Beltino. Dona Manuela pede a Zefa para acompanhá-la ao médico. Artur e Dona Manuela tomam banho de chuva juntos.

Quinta-feira, 27/6: Dona Manuela recusa ir ao hospital, e Artur a leva para casa. Ariosto e Artur discutem, preocupando Dona Manuela. Marcelo conta a Blandina seu plano.

Sexta-feira, 28/6: Artur aceita fazer exame de DNA. Ariosto suspeita de Artur e conversa com Zefa. Cira insinua-se para Tobias Aldonço. Ariosto, Artur e Quinota preocupam-se com sumiço de Manuela.

Sábado, 29/6: Ariosto culpa Torquato pelo sumiço de Manuela. Artur diz a Quinota que sabe onde encontrá-la. Deodora manipula Seu Tico. Artur encontra Dona Manuela e todos se emocionam.

FAMÍLIA É TUDO - NSC TV

Segunda-feira, 24/6: Electra impressiona-se com acusação contra Luca. Otto planeja afastar Netuno/Léo de Vênus. Chicão mostra clipe de Andrômeda, mas grupo desaprova. Paulina arma escândalo.

Terça-feira, 25/6: Tom leva Paulina ao hospital. Maya quer Tom fora da produtora. Andrômeda avança no concurso, Sheila revolta-se. Jéssica satisfeita com áudio falso de Hans.

Quarta-feira, 26/6: Tom preocupa-se com reunião. Jéssica e Hans criam vídeo falso. Júpiter interna Leda. Andrômeda irrita-se com Sheila. Vênus encontra Eva chorando. Ana acusa Luca.

Quinta-feira, 27/6: Electra transtorna-se com vídeo. Wilson interessado em Paulina. Otto planeja afastar Netuno de Vênus. Tom e Vênus seguem Eva. Paulina tem crise, Wilson ajuda.

Sexta-feira, 28/6: Luca não entende fúria de Electra. Wilson interna Paulina. Lupita fica horrorizada ao ver Júpiter. Cláudio pega carteira de Plutão. Otto instrui o plano contra Netuno/Léo.

Sábado, 29/6: Tom tenta afastar Luca de Murilo. Netuno desconfortável com Marta, Vênus ajuda. Andrômeda irrita-se com Lulu. Netuno recusa-se a ir com Marta.

RENASCER - NSC TV

Segunda-feira, 24/6: Egídio concorda em abrigar Mariana. João Pedro quer resgatar amor de Sandra. Ritinha flagra Damião com Eliana. Inácia discute com filha. Mariana alerta Eliana sobre Egídio.

Terça-feira, 25/6: Compradores admiram trabalho na fazenda de João Pedro. Buba sente que Pastor Lívio deve celebrar casamento com Augusto. Norberto teme reação de Egídio ao contrato.

Quarta-feira, 26/6: Egídio e João Pedro fazem acordo sobre terras. José Inocêncio desaprova acordo. Bento teme que Damião descubra sobre Ritinha. Eliana percebe vantagem ao lado de Egídio.

Quinta-feira, 27/6: Bento impede assinatura de contrato de Egídio. Egídio manda Marçal reunir compradores. Fazendeiros desfazem negócio.

Sexta-feira, 28/6: Produtores desfazem negócio com João Pedro. Egídio revela ameaças a Eliana. Ritinha discute com Damião, suspeitando de Eliana. Lu descobre que Bento ficou com Ritinha.

Sábado, 29/6: Capangas de Egídio roubam cacau das terras. Tião decide ir embora para realizar sonhos. Egídio acusa José Inocêncio e ameaça denúncia. Mariana destampa garrafa do diabinho.

COMO APROVEITAR AO MÁXIMO SUAS **COMPRAS NA INTERNET**

Entre os inúmeros benefícios do universo digital, as parcerias do Clube NSC oferecem uma vantagem única e diferenciada para os consumidores catarinenses, com descontos de até 65%

EDUCAÇÃO

OPEN ENGLISH ONLINE
Clube NSC: 65% de desconto sobre o valor do curso.

ENGLISH FLUENCY ONLINE
Clube NSC: 50% de desconto sobre o valor do curso.

VIAGEM

HOTEIS.COM – LOJA ONLINE
Clube NSC: 8% de desconto sobre o valor do serviço.

FLIXBUS – LOJA ONLINE
Clube NSC: 12% de desconto sobre o valor da viagem.

BUSER – LOJA ONLINE
Clube NSC: 5% de desconto sobre o valor da viagem.

ELETROELETRÔNICOS

CASAS BAHIA – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 25% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

PONTO – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 25% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

EXTRA – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 25% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

MAGAZINE LUIZA – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 10% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

ATLAS – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 10% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

COMPRA CERTA – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 30% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

DECORAÇÃO

GIULIANA FLORES – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra.

OXFORD PORCELANAS – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra.

NOVA FLOR – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra.

JÓIAS E RELÓGIOS

VIVARA – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 15% de desconto sobre o valor da compra, linha Life by Vivara.

VINHOS

MIOLO – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra.

EVINO – LOJA ONLINE
Clube NSC: R$ 40 de desconto sobre o valor da compra, acima de R$ 200.

PERFUMARIA

L'OCCITANE – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra.

O BOTICÁRIO – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

SEPHORA – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra.

VESTUÁRIO

HERING – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra.

FILA – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra, exceto produtos de lançamento.

CENTAURO – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra.

RIACHUELO – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 12% de desconto sobre o valor da compra.

NETSHOES – LOJA ONLINE
Clube NSC: Até 10% de desconto sobre o valor da compra.

RENNER – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra acima de R$ 199.

MASH – LOJA ONLINE
Clube NSC: 15% de desconto sobre o valor da compra, exceto marca Calvin Klein.

ZATTINI – LOJA ONLINE
Clube NSC: 20% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

OLYMPIKUS – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra em produtos selecionados.

THE NORTH FACE – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra produtos selecionados.

INFANTIL

PUKET – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra produtos selecionados.

LOJINHA BABY AND ME BY NESTLÉ – LOJA ONLINE
Clube NSC: 12% de desconto sobre o valor da compra produtos selecionados.

GASTRONOMIA

BURGER KING – DELIVERY
Clube NSC: R$ 8 sobre o valor da compra, pedidos acima de R$ 25

LIVE UP – LOJA ONLINE
Clube NSC: 10% de desconto sobre o valor da compra.

DOMINOS PIZZA – LOJA ONLINE
Clube NSC: 30% de desconto sobre o valor das pizzas.

PETS

PETZ – LOJA ONLINE
Clube NSC: 7% de desconto sobre o valor da compra.

SERVIÇOS

PNEU STORE – LOJA ONLINE
Clube NSC: 3% de desconto sobre o valor da compra.

MASTER AGROINDUSTRIAL S/A - CNP: 02.011.086/0005-07

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, parceiros integrados e prestadores de serviços pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. Videira/SC, 20 de maio de 2024. A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	79.144	139.536	79.223	139.585
Clientes	6	106.220	124.511	106.220	124.511
Estoques	8	85.592	70.906	85.592	71.309
Ativos biológicos	9	168.953	187.771	168.953	187.771
Adiantamentos a terceiros	7	2.383	2.647	2.383	2.647
Impostos a recuperar	10	28.645	24.663	28.647	24.665
Despesas antecipadas		2.926	5.111	2.926	5.111
Outros créditos		20	28	20	28
Total do ativo circulante		**473.883**	**555.173**	**473.964**	**555.627**
Não circulante					
Tributos diferidos	20	87.879	44.298	87.879	44.298
Depósitos judiciais	21	63	110	75	450
Impostos a recuperar	10	1.819	3.178	1.819	3.178
Outros créditos		136	400	136	400
Realizável a longo prazo		89.897	47.986	89.909	48.326
Investimentos	11	87.558	91.609	638	553
Imobilizado	12	223.456	224.000	312.997	317.024
Direito de uso	13	2.808	5.616	-	-
Ativos biológicos	9	43.014	39.008	43.035	39.143
Intangível	14	1.835	2.131	1.837	2.133
Total do ativo não circulante		**448.568**	**410.350**	**448.416**	**407.179**
TOTAL DO ATIVO		**922.451**	**965.523**	**922.380**	**962.806**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Circulante					
Fornecedores	15	94.055	102.315	94.056	102.315
Empréstimos e financiamentos	16	295.295	272.704	295.785	273.122
Obrigações trabalhistas e sociais	17	17.628	16.650	17.666	16.680
Obrigações tributárias	18	1.609	1.520	1.789	1.629
Passivo de arrendamento	13	2.808	2.808	-	-
Outras obrigações	19	1.024	3.235	1.024	3.235
Total do passivo circulante		**412.419**	**399.232**	**410.320**	**396.981**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	81.228	217.397	83.252	219.734
Tributos diferidos	20.1	49.882	44.094	49.882	44.094
Obrigações trabalhistas e sociais	17	377	954	377	954
Obrigações tributárias	18	13	91	13	91
Passivo de arrendamento	13	-	2.808	-	-
Total do passivo não circulante		**131.500**	**265.344**	**133.524**	**264.873**
Patrimônio líquido					
Capital social	23	101.369	60.000	101.369	60.000
Reserva de capital		114.012	-	114.012	-
Resultados acumulados		99.995	174.282	99.995	174.282
Ajuste de avaliação patrimonial		63.156	66.665	63.156	66.665
Atribuído à partic. dos controladores		**378.532**	**300.947**	**378.532**	**300.947**
Participação dos não controladores				**4**	**5**
Total do passivo e patrimônio líquido		**922.451**	**965.523**	**922.380**	**962.806**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Receita operacional líquida	24	894.682	947.695	894.918	948.273
Custos dos produtos vendidos	25	(837.384)	(940.501)	(835.651)	(938.972)
Lucro bruto		**57.298**	**7.194**	**59.267**	**9.301**
(Despesas) e outras receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(38.520)	(29.481)	(39.553)	(29.722)
Despesas com vendas	25	(69.587)	(51.889)	(69.587)	(51.889)
Outras receitas/(despesas) operacionais	26	1.843	1.570	1.772	1.580
Equivalencia patrimonial	11	70	1.096	-	-
Total das despesas e receitas operacionais		**(106.194)**	**(78.704)**	**(107.368)**	**(80.031)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(48.896)**	**(71.510)**	**(48.101)**	**(70.730)**
Receitas financeiras	27	39.146	42.937	39.157	42.960
Despesas financeiras	27	(92.069)	(85.753)	(92.250)	(85.946)
Resultado financeiro líquido		**(52.923)**	**(42.816)**	**(53.093)**	**(42.986)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(101.819)**	**(114.326)**	**(101.194)**	**(113.716)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.2	-	-	(625)	(610)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	37.791	41.443	37.791	41.443
Prejuízo do exercício		**(64.028)**	**(72.883)**	**(64.028)**	**(72.883)**
Atribuido a:					
Participação dos controladores		**(64.028)**	**(72.883)**	**(64.028)**	**(72.883)**

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31.12.23	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.23	Consolidado 31.12.22
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(64.028)	(72.883)	(64.028)	(72.883)
Ajustes para conc. o resul. às dispon. aplic. nas ativ.					
Depreciação, exaustão e amortização	9,12,13	18.482	19.034	21.953	22.573
Perda na alienação de ativo imobilizado	12	5.288	9.927	5.292	9.922
Perda /(ganho) na alienação de ativo biológico	9	2.466	(2.289)	2.580	(2.100)
Perda(ganho) no ajuste ao valor justo - AVJ - Ativos Biol.					
Equivalência patrimonial	11	(70)	(1.096)	-	-
Tributos diferidos	20	(37.791)	(41.443)	(37.793)	(41.442)
Ajuste Parcelamento de Tributos					
Provisão/(reversão) para perdas no Recebimento de Créditos	6	91	-	91	-
Baixa de Itens do Ativo Imobilizado/Investimento					
Participação dos Minoritários					
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	16	58.111	-	58.289	-
(Aumento) / redução das contas do ativo					
Contas a receber de clientes		18.200	(41.109)	18.200	(41.109)
Adiantamentos		264	6.793	264	6.793
Estoques		(14.686)	4.326	(14.283)	3.979
Ativos biológicos		18.818	19.165	18.818	19.165
Impostos a recuperar		(2.623)	14.591	(2.623)	14.639
Despesas antecipadas		2.185	(4.461)	2.185	(4.461)
Outros ativos		319	14	647	14
Aumento / (redução) das contas do passivo					
Fornecedores		(8.260)	38.229	(8.259)	38.229
Obrigações tributárias		894	464	902	470
Obrigações sociais		(488)	(2.195)	(417)	(2.442)
Outras obrigações		(2.205)	(4.660)	(2.205)	(4.660)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		**(5.033)**	**(57.593)**	**(387)**	**(53.313)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisiçao de imobilizado	12	(20.901)	(43.016)	(20.901)	(43.016)
Subvenções para investimentos		2.861	-	2.861	-
Aquisição de ativos biológicos	9	(23.256)	(16.731)	(23.256)	(16.731)
Aquisição de investimento	11	(85)	(45)	(85)	(45)
Aquisição de intangível	14	(15)	(1.257)	(16)	(1.257)
Valor alienações de imobilizado	26	103	475	114	483
Valor alienações de ativos biológicos	9	14.665	11.579	14.665	11.579
Lucros recebidos sobre investimentos em controlada		4.206	4.129	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		**(22.422)**	**(44.866)**	**(26.618)**	**(48.987)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	163.411	384.883	163.411	384.883
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(335.100)	(223.745)	(335.519)	(223.990)
Aumento de capital por emissão de ações	23	41.369	-	41.369	-
Ágio na subscrição por emissão de ações	23	111.151	-	111.151	-
Distribuição de Lucros		(13.768)	(2.501)	(13.769)	(2.502)
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas ativ. de financiam.		**(32.937)**	**158.637**	**(33.357)**	**158.391**
Aumento/(diminuição) de caixa e equiv. de caixa		**(60.392)**	**56.179**	**(60.362)**	**56.091**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		139.536	83.357	139.585	83.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		79.144	139.536	79.223	139.585
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(60.392)**	**56.179**	**(60.362)**	**56.091**

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Doações e Subvenções	Reserva de Capital: Ágio na Subscr. Ações	Ajuste de dos Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Patr. Líq. acionistas da Controladora	Particip. dos Não Control. no Patrim. Líq.	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2021	**60.000**	**-**	**-**	**70.174**	**246.157**	**376.331**	**6**	**376.337**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(72.883)	(72.883)		(72.883)
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(2.501)	(2.501)	(1)	(2.502)
Real. do custo atribuído / AAP	-	-	-	(3.509)	3.509	-		-
Em 31 de dezembro de 2022	**60.000**	**-**	**-**	**66.665**	**174.282**	**300.947**	**5**	**300.952**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(64.028)	(64.028)	-	(64.028)
Aumento de capital	41.369	-	111.151	-		152.520	-	152.520
Distribuição de lucros	-	-		-	(13.768)	(13.768)	(1)	(13.769)
Incentivos municipais recebidos	-	2.861	-	-	-	2.861	-	2.861
Real. do custo atribuído / AAP	-	-	-	(3.509)	3.509	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	**101.369**	**2.861**	**111.151**	**63.156**	**99.995**	**378.532**	**4**	**378.536**

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Prejuízo do exercício	**(64.028)**	**(72.883)**	**(64.028)**	**(72.883)**
Outros resultados abrangentes				
Realização do Custo Atribuído / AAP	(3.509)	(3.509)	(3.509)	(3.509)
Resultado abrangente	**(67.537)**	**(76.392)**	**(67.537)**	**(76.392)**

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Master Agroindustrial S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 05/06/1997 estão arquivados na JUCESC sob nº 97/051895-1. Está registrada no CNPJ/MF - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 02.011.086/0005-07. O centro administrativo corporativo está sediado na cidade de Videira - SC, Luiz Mezaroba, S/N, Bairro Cidade Alta, CEP 89567-090. A Companhia tem como atividade operacional, a suinocultura, a criação de suínos em parceria rural, a importação e a exportação de reprodutores suínos, bem como, de todos os bens relacionados com o objeto social a fabricação e comercialização de rações e concentrados para animais, o abate de suínos, bovinos e aves, bem como, a industrialização de suas carnes, o comércio atacadista, a exportação e a importação de carnes e seus derivados, subprodutos, insumos e embalagens, o transporte rodoviário de cargas, a participação em outras companhias, no país e no exterior, na qualidade de sócia ou acionista. A Master é uma Companhia essencialmente verticalizada, sendo a maior produtora independente de suínos do Brasil, detentora de um plantel de aproximadamente de 42.000 (quarenta mil) matrizes reprodutoras, com capacidade de produzir 1.260.000 (hum milhão,-duzentos e sessenta mil) suínos terminados para abate por ano, equivalente a 168.000 (cento e sessenta e oito mil toneladas), de proteína animal. A Master dispõe de uma unidade de abate e processamento primário de suínos, localizada na Rodovia Videira – Anta Gorda Km 5, Cetrevi, município de Videira – SC, bem como de uma unidade industrial, localizada na Linha Monte Bérico, S/N, Interior, no município de Videira - SC, para industrialização e processamento de suínos, dispõe de quatro Fábricas de rações, localizadas, duas no município de Videira, uma no município de Papanduva – SC e uma no município de Rio Verde – GO, dispõe ainda de sete granjas de produção de suínos sendo seis granjas localizadas no estado de Santa Catarina nos municípios de Videira, Papanduva, Água Doce, Iomerê e Curitibanos e uma granja no município de Rio Verde, estado de Goiás, dispõe também de um centro de distribuição de produtos industrializados do tipo cortes in natura, temperados, defumados, curados, embutidos, frescais, congelados e resfriados, da marca Sulita, no município de Araras - SP. A Companhia, mantém parceria rural com cerca de 320 (trezentos e vinte), produtores rurais denominados integrados, localizados em aproximadamente de 30 municípios do estado de Santa Catarina, dentre eles estão: Água Doce, Arroio Trinta, Bela Vista do Toldo, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Curitibanos, Fraiburgo, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Itaiópolis, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Vieira, Monte Carlo, Monte Castelo, Papanduva, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Tangará, Três Barras, Treze Tílias e Videira. No ano calendário 2023, a Master passou por um processo de reestruturação e transformação do tipo jurídico, inicialmente deixando de ser uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada para ser uma Companhia de capital fechado, simultaneamente, por meio de aprovação unânime de acordo de acionistas, teve o ingresso no quadro de acionistas da Companhia, a Vall Companys Internacional, S.L.U, sociedade limitada unipessoal devidamente constituída e registrada sob as leis da Espanha, com sede na cidade de Madrid, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.300.788/0001-40, a entrada da respectiva Companhia, está conectada a estratégia da Companhia, em relação a melhorias técnicas contínuas, bem como, estabelecer parceria comercial no âmbito do mercado externo e por fim expansão dos negócios a médio e longo prazo.

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras As emissões destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração da Companhia em 28 de março de 2024. **a) Demonstrações financeiras individuais** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **b) Demonstrações financeiras consolidadas** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. Resumo das práticas contábeis materiais 3.1 Demonstrações financeiras consolidadas As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Master Agroindustrial S/A. e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação 2023	% de Participação 2022
Master Agropecuária Ltda	Brasil	99,9948%	99,9948%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as companhias incluídas na consolidação;

b) Eliminação do investimento na companhia controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;

c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as companhias incluídas na consolidação;

d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas companhias incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens circulantes e não circulantes No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3 Base de mensuração** As demonstrações financeiras, da companhia foram elaboradas com base no custo histórico, salvo os ativos biológicos, mais precisamente, o plantel de suínos e plantel reprodutor os quais foram mensurados no exercício 2018 pelo valor justo.

3.4 Conversão de moeda estrangeira Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. **3.5 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Instrumentos financeiros Ativos financeiros Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente** São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii) Custo amortizado** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. **Custo amortizado** São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **Reconhecimento e mensuração** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment). **3.7 Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para impairment se necessária. **3.8 Estoques** Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada, com base no valor de aquisição deduzidos os tributos recuperáveis e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os estoques de produtos acabados e de produtos em elaboração foram apurados pelo custo médio mensal, por meio da absorção do consumo real de matéria prima, material de embalagem, material intermediário do período, inclusive com todos os gastos gerais diretos e indiretos de produção. **3.9 Ativos biológicos** A Companhia e suas subsidiárias determinaram que o método de custo é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de seus animais vivos, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. No caso de animais mantidos para reprodução, esse custo é amortizado ao longo do tempo levando em conta a redução em valor ao longo de sua vida útil. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia de mensuração ao valor justo de acordo com o IFRS 13 devido a preços de mercado complexos, modelos matemáticos e premissas subjetivas utilizados nos modelos de fluxo de caixa descontado. Estes ativos possuem dados não observáveis, como peso, preço de insumos para ração, custo de armazenagem, medicamentos, taxa de desconto, idade da madeira quando aplicável, entre outros. O valor justo para animais vivos pode mudar devido ao aumento ou diminuição nos custos de alimentação, custos de armazenamento e custos de produtores integrados; para florestas, a mudança pode ocorrer devido ao aumento ou diminuição da taxa de desconto, preço da madeira, manejo por desbaste, volume ou idade. **3.10 Investimentos** Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.11 Imobilizado** O imobilizado está mensurado pelo valor de aquisição deduzido os tributos recuperáveis, depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. O referido custo de aquisição contempla gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo tais como: transporte, armazenagem, montagem e instalação e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela companhia. Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, simultaneamente apurou o valor justo dos terrenos e edificações para a determinação do custo atribuído.O valor justo apurado foi considerado como o custo atribuído destes ativos. Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído ou obsoleto é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridas. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos está calculada conforme nota explicativa 12, durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado. **Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação** A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

3.12 Intangível Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **a) Licenças** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. **3.13 Contas a pagar a fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante. **3.14 Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.15 Provisões** As provisões são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.16 Subvenções governamentais** As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a companhia irá atender às condições estabelecidas e relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Este procedimento está em conformidade com a orientação dada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – Pronunciamento Técnico 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. **3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **3.18 Apuração do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.19 Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos não financeiros** A companhia adota como procedimento revisar, no mínimo, anualmente o ativo imobilizado e o ativo intangível para avaliar se existe indicação de redução ao valor de recuperável. Se existir algum indicativo, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas por redução ao valor de recuperável são reconhecidas no resultado do exercício. **3.20 Reconhecimento da receita de vendas** A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre Companhias da companhia. A companhia reconhece a receita quando:

(i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **3.21 Receitas e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros, rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, variações cambiais entre outras. As receitas financeiras são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem essencialmente despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e variações cambiais, entre outras. Simultaneamente, os custos de empréstimos que não são atribuíveis à aquisição, construção, ampliação ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **3.22 Julgamento e uso de estimativas contábeis** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como, a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da companhia; e,

d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

4. Novos pronunciamentos em vigor em 01 de jade janeiro de 2023 CPC 26 (R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023) Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil, relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023) A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023 . As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece: (i) um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a: • ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e • desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado. (ii) o efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável, naquela data. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

Continua...

Continuação...

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa	9	8	9	8
Bancos conta movimento	1.085	3.916	1.164	3.920
Aplicação financeira	78.050	135.612	78.050	135.657
	79.144	**139.536**	**79.223**	**139.585**

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e em Operações Compromissadas com seu rendimento atrelado ao CDI, o qual no exercício 2023, apresentou uma remuneração média em 12,30%.

6. Contas a receber

	Controladora/Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes interno	64.142	102.839
Contas a receber de clientes externo	42.380	21.883
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(302)	(211)
Contas a receber de clientes	**106.220**	**124.511**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o exercício

	Controladora/Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(211)	(137)
Constituição provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	(177)	(80)
Baixas provisão para créditos de liquid. duvidosa	86	6
Saldo final	(302)	(211)

Aging list contas a receber de clientes	Controladora/Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Vencidos	4.804	2.846
A vencer 30 dias	74.930	109.689
A vencer de 30 a 60 dias	24.888	11.490
A vencer de 60 a 90 dias	503	697
A vencer de 90 a 180 dias	25	-
A vencer a mais de 180 dias	1.372	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(302)	(211)
Contas a receber de clientes	**106.220**	**124.511**

Contas a receber por tipo de moeda	Controladora/Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Reais - R$	63.840	102.628
Dólares - USD	42.380	21.883
Contas a receber de clientes	**106.220**	**124.511**

7. Adiantamentos a terceiros

	Controladora/Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a terceiros	688	1.097
Adiantamentos a integrados	1.695	1.550
Total dos adiantamentos	**2.383**	**2.647**

8. Estoques

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Produtos acabados	17.594	18.704	17.594	18.704
Produtos em elaboração	6.230	3.569	6.230	3.569
Matéria prima	39.422	38.056	39.422	38.459
Materiais secundários e embal.	4.810	5.619	4.810	5.619
Estoque em poder de terceiros	12.115	2.427	12.115	2.427
Estoque para industrialização	-	(2.057)	-	(2.057)
Almoxarifado	5.421	4.588	5.421	4.588
Total dos estoques	**85.592**	**70.906**	**85.592**	**71.309**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não identificou em seus estoques, saldos a serem constituídos em provisão para perdas no valor recuperável de estoques.

9. Ativos biológicos Os animais vivos são representados por suínos, segregados em consumíveis e animais para reprodução. Os animais para abate são destinados para produção de cortes in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos, os quais contemplam as fases de maternidade e creche. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate na indústria são classificados como maduros ou terminados. Os animais para reprodução (matrizes) são aqueles que passam por um processo de seleção, cobertura e gestação, por conseguinte têm a função de produzir outros ativos biológicos. Até que os animais atinjam a idade reprodutiva são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo de processo reprodutivo são classificados como maduros. As florestas referem-se a plantações de eucaliptos e pinus utilizadas para barreiras sanitárias, e quando atingem a maturidade a lenha é utilizada no processo produtivo. Para as florestas, a Companhia utilizou a metodologia do fluxo de caixa descontado em razão de não existir um mercado ativo que possibilite a obtenção de comparativos suficientes para a aplicação do método comparativo de dados de mercado. Suínos: Circulantes (consumíveis) - Referem-se a suínos destinados a abate após o período de maturação. O ciclo dos suínos divide-se em maternidade, creche e terminação o período de maturação compreende aproximadamente 180 dias, para posterior abate e produção de cortes in natura e/ou produtos industrializados. Suínos: Não circulantes (para reprodução) - Referem-se a suínos que são selecionados e destinados ao processo de preparação para posterior reprodução, que têm vida útil estimada de aproximadamente 30 meses (900 dias). Os custos associados a suínos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (suínos). A amortização de um suíno é reconhecida sob a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante				
Suínos	168.887	187.759	168.887	187.759
Eucalipto	66	12	66	12
Total no ativo circulante	**168.953**	**187.771**	**168.953**	**187.771**
Ativo não circulante				
Reflorestamento	478	451	499	586
Matrizes - suínos reprodutores	41.457	37.336	41.457	37.336
Machos - suínos reprodutores	1.079	1.221	1.079	1.221
Total no ativo não circulante	**43.014**	**39.008**	**43.035**	**39.143**
Total circ.e não circulante	**211.967**	**226.779**	**211.988**	**226.914**

As quantidades e os saldos dos animais vivos são as mesmas na controladora e consolidado estão apresentados a seguir:

	Controladora / Consolidado 31/12/2023 Quantidade (milhares)	Valor	31/12/2022 Quantidade (milhares)	Valor
Ativos biológicos consum.				
Leitão em formação	386	16.898	399	19.167
Leitão desmamado	76	9.106	84	9.325
Leitão creche	138	25.469	133	24.928
Suíno terminado	293	117.414	288	134.339
Total circulante	**893**	**168.887**	**904**	**187.759**
Ativos biológicos p/ produção				
Suínos - machos e matrizes	42	42.536	42	38.557
Total não circulante	**42**	**42.536**	**42**	**38.557**
Total	**935**	**211.423**	**946**	**226.316**

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

Controladora

	Circulante Suínos	Florestas	Total	Não Circulante Suínos	Florestas	Total
Saldo em 31/12/2021	**206.931**	**5**	**206.936**	**32.818**	**493**	**33.311**
Aumento por aquisição e apropriação de custos	760.921	7	760.928	16.731		16.731
Transferência	(254.327)	-	(254.327)	-	-	-
Red. por abate e venda	(525.766)	-	(525.766)	(9.248)	(42)	(9.290)
Red. por depr.ou exaus.	-	-	-	(1.744)	-	(1.744)
Saldo em 31/12/2022	**187.759**	**12**	**187.771**	**38.557**	**451**	**39.008**
Aumento por aquisição e apropriação de custos	603.776	54	603.830	23.181	74	23.256
Transferência	(314.623)	-	(314.623)	-	-	-
Red. por abate e venda	(308.025)	-	(308.025)	(17.084)	(47)	(17.131)
Red. por depr. ou exaus.			(2.119)		(2.119)	
Saldo em 31/12/2023	**168.887**	**66**	**168.953**	**42.536**	**478**	**43.014**

Consolidado

	Circulante Suínos	Florestas	Total	Não Circulante Suínos	Florestas	Total
Saldo em 31/12/2021	**206.931**	**5**	**206.936**	**32.818**	**816**	**33.634**
Aumento por aquisição e apropriação de custos	760.921	7	760.928	16.731	-	16.731
Transferência	(254.327)	-	(254.327)	-	-	-
Red. por abate e venda	(525.766)	-	(525.766)	(9.248)	(230)	(9.478)
Red. por depr. ou exaus.	-	-	-	(1.744)	-	(1.744)
Saldo em 31/12/2022	**187.759**	**12**	**187.771**	**38.557**	**586**	**39.143**
Aumento por aquisição e apropriação de custos	603.776	54	603.830	23.181	74	23.256
Transferência	(314.623)		(314.623)	-	-	-
Red. por abate e venda	(308.025)		(308.025)	(17.084)	(160)	(17.245)
Red. por depr. ou exaus.	-		-	(2.119)	-	(2.119)
Saldo em 31/12/2023	**168.887**	**66**	**168.953**	**42.536**	**500**	**43.035**

Para o exercício 2023, a Companhia utilizou os mesmos critérios e premissas definidas no ato da elaboração do laudo, realizado em 31 de dezembro de 2018, outrossim, não procedeu com a atualização, bem como escrituração do ajuste ao valor justo, em razão da recorrente vulnerabilidade dos preços do suíno vivo,decorrente do aumento global de produção, em consonância com a manutenção do custo de produção das principais commodities (milho e farelo de soja), bem como pelo decréscimo do preço do suíno vivo e retomada de forma lenta e gradual a Companhia manteve os valores expressos no laudo e escriturados no exercício 2018.

10. Impostos a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS a recuperar	20.167	19.218	20.167	19.218
IRRF a recuperar	12	12	14	14
Pis a recuperar	744	552	744	552
Cofins a recuperar	3.404	3.055	3.404	3.055
IRPJ a compensar	4.318	1.826	4.318	1.826
Total ativo circulante	**28.645**	**24.663**	**28.647**	**24.665**
ICMS ativo fixo a recuperar	1.819	3.178	1.819	3.178
Total ativo não circulante	**1.819**	**3.178**	**1.819**	**3.178**
Total circulante e não circulante	**30.464**	**27.841**	**30.466**	**27.843**

11. Investimentos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Investimentos em Controladas	86.920	91.056		
Outros Investimentos	638	553	638	553
	87.558	**91.609**	**638**	**553**

11.1 Investimento em controladas A Companhia Master Agroindustrial S/A. é detentora de 99,9948% (noventa e nove vírgula noventa e nove, quarenta e oito por cento) do patrimônio da Companhia Master Agropecuária Ltda, que tem por objeto social a exploração da atividade agropecuária, inscrita no CNPJ 00.058.722/0001-05. Este investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Investimento
Em 2023							
Master Agropecuária Ltda.	89.657	2.733	86.924	70	99,9948%	**70**	**86.920**
Em 2022							
Master Agropecuária Ltda.	93.955	2.895	91.060	1.096	99,9948%	**1.096**	**91.056**

12. Imobilizado:

Controladora:

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação		**10 a 35**	**10 a 30**	**10 a 15**	**10**	**4 a 10**	**5**		
Custo	4.049	139.125	103.858	10.626	1.484	5.563	2.809	12.937	280.451
Depreciação acumulada		(40.539)	(24.489)	(4.070)	(855)	(809)	(1.097)		(71.859)
Imobilizado, líquido em 2021	**4.049**	**98.586**	**79.369**	**6.556**	**629**	**4.754**	**1.712**	**12.937**	**208.592**
Adições	5	145	507		50	213	157	41.939	43.016
Transferências		8.525	2.890	19	206		152	(11.921)	(129)
Baixas		(767)	(451)		(1)		(3)	(9.222)	(10.444)
Depreciação		(6.524)	(8.951)	(588)	(138)	(344)	(530)		(17.075)
Baixas da depreciação			36		1		3		40
	4.054	**99.965**	**73.400**	**5.987**	**747**	**4.623**	**1.491**	**33.733**	**224.000**
Custo	4.054	147.179	106.603	10.644	1.785	5.776	3.120	33.733	312.894
Depreciação acumulada		(47.214)	(33.203)	(4.657)	(1.038)	(1.153)	(1.629)	-	(88.894)
Imobilizado, líquido em 2022	**4.054**	**99.965**	**73.400**	**5.987**	**747**	**4.623**	**1.491**	**33.733**	**224.000**
Adições	2.963		1.169	23	76	175	201	16.294	20.901
Transferências		11.838	8.482	11.064	77	55	133	(31.549)	-
Baixas		(999)	(1.154)		(27)	(40)	(21)	(3.564)	(5.505)
Depreciação		(6.959)	(7.142)	(841)	(132)	(368)	(512)	-	(15.954)
Baixas da depreciação			251		26	23	14	-	314
	7.017	**103.845**	**75.006**	**16.233**	**767**	**4.468**	**1.306**	**14.814**	**223.456**
Custo	7.017	158.018	115.101	21.731	1.911	5.966	3.432	14.814	327.990
Depreciação acumulada		(54.173)	(40.095)	(5.498)	(1.144)	(1.498)	(2.126)		(104.534)
Imobilizado, líquido em 2023	**7.017**	**103.845**	**75.006**	**16.233**	**767**	**4.468**	**1.306**	**14.814**	**223.456**

Nas demonstrações financeiras da Controladora o total da depreciação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 15.954 (R$ 17.075 em 2022),sendo que deste montante, R$ 14.989 está alocado no CPV e R$ 965 alocada nas despesas administrativas e comerciais, como pode ser observado na nota explicativa de custos e despesas por natureza e função.

Consolidado:

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Taxas anuais de depreciação		**10 a 35**	**10 a 30**	**10 a 15**	**10**	**4 a 10**	**5**		
Custo	41.511	235.571	113.144	15.184	1.636	5.563	2.843	12.937	428.389
Depreciação acumulada		(82.111)	(30.036)	(8.141)	(1.004)	(809)	(1.130)		(123.231)
Imobilizado, líquido em 2021	**41.511**	**153.460**	**83.108**	**7.043**	**632**	**4.754**	**1.713**	**12.937**	**305.158**
Adições	5	145	507		50	213	157	41.939	43.016
Transferências		8.526	2.890	19	206		152	(11.921)	(128)
Créditos tributários									
Baixas		(767)	(461)		(1)		(3)	(9.222)	(10.454)
Depreciação		(9.654)	(9.228)	(717)	(139)	(344)	(531)		(20.613)
Baixas da depreciação			41		1		3		45
	41.516	**151.710**	**76.857**	**6.345**	**749**	**4.623**	**1.491**	**33.733**	**317.024**
Custo	41.516	243.627	115.879	15.203	1.937	5.776	3.154	33.733	460.825
Depreciação acumulada		(91.917)	(39.022)	(8.858)	(1.188)	(1.153)	(1.663)		(143.801)
Imobilizado, líquido em 2022	**41.516**	**151.710**	**76.857**	**6.345**	**749**	**4.623**	**1.491**	**33.733**	**317.024**
Adições	2.963		1.169	23	76	175	201	16.294	20.901
Transferências		11.838	8.482	11.064	77	55	133	(31.649)	-
Créditos tributários									
Baixas		(999)	(1.163)	(32)	(29)	(40)	(22)	(3.564)	(5.805)
Depreciação		(10.088)	(7.413)	(911)	(133)	(368)	(512)	-	(19.425)
Baixas da depreciação			259	21	28	23	15	-	346
	44.479	**152.461**	**78.191**	**16.510**	**768**	**4.468**	**1.306**	**14.814**	**312.997**
Custo	44.479	254.466	124.367	26.258	2.060	5.966	3.465	14.814	475.875
Depreciação acumulada		(102.005)	(46.176)	(9.748)	(1.292)	(1.498)	(2.159)		(162.878)
Imobilizado, líquido em 2023	**44.479**	**152.461**	**78.191**	**16.510**	**768**	**4.468**	**1.306**	**14.814**	**312.997**

Nas demonstrações financeiras consolidadas o total da depreciação no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 19.425 (R$ 20.613 em 2022), sendo que deste montante, R$ 18.460 está alocado no CPV e R$ 965 alocada nas despesas administrativas e comerciais, conforme pode ser observado na nota explicativa de custos e despesas por natureza e função.

13. Direito de uso e Passivo de arrendamentos Os arrendamentos são representados pela locação das instalações chamadas granjas produtoras de suínos de propriedade da Companhia controlada, denominada Master Agropecuária Ltda, o referido contrato tem vigência de 10 anos, podendo ser prorrogado a qualquer tempo.

	Controladora
Direito de Uso	
Taxa média anual de depreciação (%)	20%
Vigência do contrato	10 anos
31 de dezembro de 2022	**5.616**
Depreciações	2.574
Baixa Contratual	234
31 de dezembro de 2023	**2.808**

Passivo de Arrendamento	Controladora Contrato	AVP - Ajuste ao Valor Presente	TOTAL
Parcela classificada no circulante	3.688	(880)	2.808
Parcela classificada no não circulante	3.688	(880)	2.808
Total em 31 de dezembro de 2022	**7.376**	**(1.760)**	**5.616**
Pagamentos	(3.688)	(880)	2.808
Total em 31 de dezembro de 2023	**3.688**	**(880)**	**2.808**

14. Intangível

	Controladora Softwares	Consolidado Softwares
Vida útil em anos	**5 a 15**	**5 a 15**
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	3.397	3.399
Amortização acumulada	(2.439)	(2.439)
Valor contábil líquido	**958**	**960**
Adições	1.257	1.257
Transferências	131	131
Amortização	(215)	(215)
Saldo final em 2022	**2.131**	**2.133**
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	4.785	4.787
Amortização acumulada	(2.654)	(2.654)
Valor contábil líquido	**2.131**	**2.133**
Adições	15	15
Transferências	98	98
Amortização	(409)	(409)
Saldo final em 2023	**1.835**	**1.837**
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	4.898	4.900
Amortização acumulada	(3.063)	(3.063)
Saldo final em 2023	**1.835**	**1.837**

15. Fornecedores

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores Diversos (a)	94.055	102.315	94.056	102.315
Parcela Circulante	**94.055**	**102.315**	**94.056**	**102.315**

Análise dos vencimentos	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
A vencer 30 dias	63.504	82.994	63.505	82.994
A vencer de 30 a 60 dias	8.517	4.917	8.517	4.917
A vencer de 60 a 90 dias	1.823	2.380	1.823	2.380
A vencer acima de 90 dias	20.211	12.024	20.211	12.024
Contas a Pagar a Forneced.	**94.055**	**102.315**	**94.056**	**102.315**

Contas a Pagar por Tipo de Moeda	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Reais - R$	94.055	102.315	94.056	102.315
Contas a Pagar a Fornec.	**94.055**	**102.315**	**94.056**	**102.315**

(a) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2023 era de R$57 na controladora e no consolidado, com o banco Itaú nos dois exercícios.

16. Empréstimos e financiamentos

			Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Circulante						
Modalidade	**Taxa Média**	**Garantia**				
Capital de giro	9,37 % a.a.	Hipot. / Aval / Direitos Creditórios	256.198	218.163	256.198	218.498
Financiamento e investimento	11,73 % a.a.	Hipot. / Aval	39.097	54.541	39.587	54.624
Total do circulante			**295.295**	**272.704**	**295.785**	**273.122**
Não circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Capital de giro	9,37 % a.a.	Hipoteca / Aval / Direitos Creditórios	40.847	173.918	40.847	175.787
Financiamento e investimento	11,73 % a.a.	Hipot. / Aval	40.381	43.479	42.405	43.947
Total do não circulante			**81.228**	**217.397**	**83.252**	**219.734**
Total de empréstimos e financiamentos			**376.523**	**490.101**	**379.037**	**492.856**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Por data de vencimento				
Em até 1 ano (a)	295.295	272.704	295.785	273.122
De 1 a 2 anos	34.836	132.247	35.587	133.789
De 3 a 5 anos	21.712	48.618	22.985	49.955
Acima de 5 anos	24.680	36.532	24.680	35.990
Total de empr. e financ.	**376.523**	**490.101**	**379.037**	**492.856**

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Por tipo de moeda				
Reais - R$	304.794	416.365	307.308	419.150
Dólares - USD	71.729	73.706	71.729	73.706
Total de empréstimos e financiamentos	**376.523**	**490.071**	**379.037**	**492.856**

(a) Conforme mencionado em nota explicativa 16.2, algumas cláusulas de desempenho (covenants) junto as instituições financeiras Banco do Brasil e Banco Itaú não foram satisfeitas, o que poderá ocasionar em vencimento antecipado. A Administração procedeu a reclassificação de R$ 62.592 mil para o curto prazo.

16.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
No início do exercício	**490.101**	**328.963**	**492.856**	**331.963**
Captações	163.411	384.883	163.411	384.883
Juros apropriados	58.111	52.658	58.289	52.848
Pagamentos	(335.100)	(276.403)	(335.519)	(276.838)
No fim do exercício	**376.523**	**490.101**	**379.037**	**492.856**

16.2 Cláusulas de vencimento antecipado (covenants financeiros): A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos, clausulas de desempenho, comumente chamados de "covenants", que possuem majoritariamente indicadores não financeiros, bem como outros relacionados a ao desempenho financeiro da Companhia. As penalidades ao não cumprimento dessas clausulas se resulta no vencimento da dívida de forma antecipada, devendo ser reclassificada para o passivo circulante. A Companhia manteve o pagamento ordinário de dividendos aos seus acionistas, mesmo com prejuízos apresentados nos exercícios 2023 e 2022, respectivamente, sobretudo, a Companhia apresentou ao Banco do Brasil, o requerimento datado em 27 de junho de 2023, solicitando Waiver por descumprimento de obrigações assumidas na Cédula de Crédito Bancário nº 407.201.829 e 407.201.888 (CCB), o qual, foi expressamente concedido pelo referido banco, de modo a não declarar o vencimento antecipado do título de crédito por descumprimento ao distribuir dividendos em percentual superior a 25% do lucro líquido.

17. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Salários a pagar	4.986	4.623	4.995	4.630
INSS a recolher	1.851	1.999	1.855	2.003
FGTS a recolher	773	646	774	647
Provisão de férias	6.745	5.660	6.763	5.673
INSS s/provisão de férias	1.083	1.185	1.087	1.189
FGTS s/provisão de férias	539	452	540	453
Funrural a recolher	59	81	59	81
INSS parcelamento	683	1.310	683	1.310
Outras obrig. trabalh. e sociais	1	2	2	2
Pensão alimentícia	18	12	18	12
PLR a pagar	890	680	890	680
Total circulante	**17.628**	**16.650**	**17.666**	**16.680**
Não Circulante				
INSS Parcelamento	377	954	377	954
Total não circulante	**377**	**954**	**377**	**954**

O parcelamento de INSS modalidade simplificado corresponde ao parcelamento sob número 13981.720121/2019-35 e 13981.720126/2019-38, em nome da Controladora, o qual será totalmente liquidado em 05/2024, bem como adesão ocorreu no exercício de 2022 do parcelamento simplificado 02110001200528349962240, o qual será totalmente liquidado em 09/2027.

18. Obrigações tributárias

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
ICMS a recolher	620	755	620	755
IRRF a recolher	951	712	956	715
PIS/COFINS/CSLL a recolher	19	29	19	29
ISS a recolher	19	24	19	24
IRPJ a recolher	-	-	113	67
CSLL a recolher	-	-	45	28
PIS a recolher	-	-	3	2
COFINS a recolher	-	-	14	9
Total circulante	**1.609**	**1.520**	**1.789**	**1.629**
Não circulante				
ICMS a recolher	13	91	13	91
Total não circulante	**13**	**91**	**13**	**91**

19. Outras obrigações

	Controladora / Consolidado 2023	2022
Adiantamento de clientes	950	607
Provisão verbas contratuais clientes	74	102
Juros sobre capital próprio	-	2.526
Total	**1.024**	**3.235**

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Diferenças temporárias (a) - ativas				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	258.468	130.290	258.468	130.290
	258.468	130.290	258.468	130.290
Alíquota fiscal combinada Controladora	34%	34%	34%	34%
IR e contribuição social diferidos - ativo	**87.879**	**44.298**	**87.879**	**44.298**
Diferenças temporárias (b) - passivas				
Sobre leasing	(145)	(176)	(145)	(176)
Revisão de vida útil	(19.611)	(15.385)	(19.611)	(15.385)
Depreciação acelerada incentivada	(84.251)	(68.772)	(84.251)	(68.772)
AVJ plantel de suínos	(27.322)	(27.322)	(27.322)	(27.322)
Custo atribuído reavaliação imobilizado	(15.385)	(18.031)	(15.385)	(18.031)
	(146.714)	(129.687)	(146.714)	(129.687)
Alíquota fiscal combinada Controladora	34%	34%	34%	34%
IR e contribuição social dif. - passivo	**(49.882)**	**(44.094)**	**(49.882)**	**(44.094)**

20.1 Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023 está suportado por laudo técnico elaborado internamente com base na legislação em vigor em consonância com NBC TG 32 (R3) – Tributo sobre Lucro que aprova o Pronunciamento Técnico – CPC 32, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 12, a previsão de realização integral ocorrerá até o encerramento do exercício 2027. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Controladora/Consolidado 2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social:	(101.819)	(113.726)
	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais - 34%	(34.619)	(38.667)
(Adições) exclusões temporárias/permanentes:		
Equivalência patrimonial	(24)	(373)
Provisão despesas futuras	(814)	80
Amortizações e depreciações Acelerada (Rural)	5.263	2.793
Outras adições	(189)	(110)
Outras exclusões	(7.935)	(5.230)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(38.318)	(41.506)
(Adições) exclusões temporárias:		
Amortizações e depreciações diferenciadas	527	63
Total IR e contribuição social diferidos no resultado	**(37.791)**	**(41.443)**

20.2 Despesas com tributos correntes sobre o lucro base presumida: A seguir são apresentados os encargos com tributos correntes sobre o lucro base presumida registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Receitas com reflorestamento	136	458
Receitas de grãos	557	-
Total das receitas	**693**	**458**
Apuração para base de cálculo do imposto de renda 8%	55	37
Apuração para base de cálculo da contribuição social 12%	83	55
Receitas de arrendamento	**5.722**	**5.599**
Apuração para base de cálculo do imposto de renda 32%	1.831	1.792
Apuração para base de cálculo da contribuição social 32%	1.831	1.792
Outras receitas	**12**	**28**
Base de cálculo do imposto de renda	**1.898**	**1.856**
Imposto de renda 15%	285	278
Adicional do imposto de renda 10%	166	162
Total do imposto de renda da pessoa jurídica	**451**	**440**
Base de cálculo da contribuição social	1.926	1.875
Contribuição social 9%	174	170
Total da contribuição social sobre o lucro líquido	**174**	**170**

21. Depósitos judiciais e provisão para contingências: A Companhia possui passivos contingentes considerados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível e provável, para os quais não há provisões constituídas devido a não relevância de valores envolvidos de acordo com o entendimento da administração. Os passivos envolvendo demandas judiciais passivas são as seguintes:

Tipo	**Risco**	**Controladora**	**Consolidado**
Trabalhista	Provável	134	134
Total de prováveis		**134**	**134**
Trabalhista	Possível	907	907
Tributária	Possível		1.039
Cível	Possível	35	39
Ambiental	Possível	566	704
Total de possíveis		**1.508**	**2.689**
Tota geral		**1.642**	**2.823**

A Companhia possui registrado em seu ativo não circulante, depósitos judiciais no montante de R$ 63 mil na controladora (R$ 110 mil em 31 de dezembro 2022) e R$ 75 mil no consolidado (R$ 450 mil em 31 de dezembro de 2022).

22. Partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Despesas 31/12/2023	Despesas 31/12/2022	Outras Despesas 31/12/2023	Outras Despesas 31/12/2022
Master Agropecuária Ltda.	5.966	5.257	60	-
	5.966	**5.257**	**60**	**-**

As operações comerciais envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços conforme acordado entre as partes.

22.1 Remuneração da Administração: Remuneração de pessoal-chave da Administração totalizou R$ 4.002 até o período encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.989 em 31 de dezembro de 2022). O Conselho de Administração da Companhia é formado por 7 membros, conforme rege o Estatuto da Companhia, e a diretoria executiva estatutária formada por 3 membros.

23. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está representado por 68.918.779 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 15 de março de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 4.967, com aumento de 4.967.408 ações ordinárias, as quais foram totalmente integralizadas mediante ingresso e aporte da acionista Vall Companys Internacional, S.L.U. e, o capital social passou de R$ 60.000 para R$ 64.967. Em 27 de junho de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 1.266, com emissões de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente integralizadas mediante aporte da acionista Vall Companys Internacional, S.L.U. e, o capital social passou de R$ 64.967 para R$ 66.233. Em 26 de setembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 1.316 com emissões de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente integralizadas mediante aporte da acionista Vall Companys Internacional, S.L.U. e, o capital social passou de R$ 66.233 para R$ 67.549. Em 16 de outubro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 32.451 com emissões de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente integralizadas mediante realização da reserva de ágio e, o capital social passou de R$ 67.549 para R$ 100.000. Em 19 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R$ 1.369 com emissões de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram totalmente integralizadas mediante aporte da acionista Vall Companys Internacional, S.L.U. e, o capital social passou de R$ 100.000 para R$ 101.369, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	**Ações**	**% Participação**	**Valor participação**
3M&C Participações Ltda	29.250.000	42,441263%	43.022.482,52
INNO Participações Ltda	29.250.000	42,441263%	43.022.482,52
Vall Companys Internacional, S.L.U	8.918.779	12,941000%	13.118.222,85
Carlito Aitir Zanotto	922.500	1,338532%	1.356.862,77
Carlos Eduardo Zanotto	225.000	0,326471%	330.941,91
Alessandra Regina Zanotto Gaya	225.000	0,326471%	330.941,91
Tânia Regina Zanotto	127.500	0,185000%	187.533,52
Total	**68.918.779**	**100,00%**	**101.369.468,00**

23.1 Composição do ágio

Acionista	**Valor**
Vall Companys Internacional S.L.U - AGE realizada em 15/03/2023.	85.431
Vall Companys Internacional S.L.U - AGE realizada em 27/06/2023.	20.222

Continua...

Continuação...

Vall Companys Internacional S.L.U - AGE realizada em 27/09/2023.	19.024
Vall Companys Internacional S.L.U - Integralização da reserva de ágio - AGE realizada em 14/12/2023.	(32.451)
Vall Companys Internacional S.L.U - AGE realizada em 20/12/2023.	18.925
Total reserva de ágio	**111.151**

23.2 Subvenções: Foi formalizada a doação de imóvel urbano, com área de 6.357,08 m² (seis mil, trezentos e cinquenta e sete vírgula zero oito metros quadrados), composto por um conjunto de terrenos, denominados lotes 01 a 06 quadra B, do loteamento Vila Industrial, situado à Rua Jorge Herbert, nesta cidade e Comarca de Videira-SC, a operação de doação, está baseada na Lei nº 2.687/11, bem como, no Processo Administrativo nº 2221/2022.

24. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Venda de suínos - mercado interno	368.049	553.007	368.049	553.007
Venda de produtos frigorificados - mercado interno	426.769	389.806	426.769	389.806
Venda de produtos frigorificados - mercado externo	162.813	54.937	162.813	54.937
Industrialização por encomenda	28.813	36.614	28.813	36.614
Outras vendas	1.960	1.320	2.409	2.119
(-) Devoluções e abatimentos	(38.998)	(31.672)	(38.998)	(31.672)
(-) Impostos sobre as vendas	(54.724)	(56.317)	(54.937)	(56.538)
Receita líquida	**894.682**	**947.695**	**894.918**	**948.273**

25. Custos e despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
Custo e despesas com a operação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Insumos de produção	669.768	799.607	665.408	794.633
Energia	13.771	13.035	13.771	13.035
Remuneração pessoal	67.192	52.286	67.302	52.374
Encargos sociais e trabalhistas	35.545	29.967	35.620	30.022
Benefícios a funcionários	25.502	18.802	25.506	18.806
Comissão sobre vendas	8.010	7.468	8.010	7.468
Marketing, merchandising e demais ações	9.253	8.305	9.253	8.305
Logística mercado interno	33.339	32.277	33.339	32.277
Logística mercado externo	18.746	3.615	18.746	3.615
Seguros patrimoniais	1.554	941	1.554	941
Depreciação, amortização e exaustão	18.482	19.035	21.953	22.574
Combustíveis	5.991	5.746	5.991	5.746
Manutenção em geral	14.368	11.532	14.368	11.532
Terceiros	6.218	5.785	6.218	5.785
Outras despesas	17.752	13.470	17.752	13.470
Total custo, desp. c/ vendas, gerais e administrativas	**945.491**	**1.021.871**	**944.791**	**1.020.583**
Classificação por função				
Custo dos produtos vendidos	837.384	940.501	835.651	938.972
Vendas	69.587	51.889	69.587	51.889
Administrativas e gerais	38.520	29.481	39.553	29.722
	945.491	**1.021.871**	**944.791**	**1.020.583**

26. Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
Outras receitas operacionais	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Venda de ativos imobilizados	103	475	114	483
Energia elétrica	206	-	206	-
Sucata	541	152	541	152
Bonificações	732	564	732	564
Indenização sinistros	418	296	418	296
Atualização tributos	37	776	37	776
Eventuais	506	119	445	126
Total de outras rec. operac.	**2.543**	**2.382**	**2.493**	**2.397**

	Controladora		Consolidado	
Outras despesas operacionais	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Custo alienação ativos imobilizados	42	88	63	93
Perdas no recebimento de créditos	357	-	357	-
Perdas com desfalque, furto ou roubo	159	78	159	78
Eventuais	142	646	142	646
Total de outras desp. operacionais	**700**	**812**	**721**	**817**
Res. outras rec. e desp. operac. líq.	**1.843**	**1.570**	**1.772**	**1.580**

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Juros recebidos	246	189	246	189
Rendim. de aplicações financ.	10.528	11.223	10.539	11.246
Variação cambial	11.880	7.144	11.880	7.144
Variação oper. mercado futuro	9.346	24.156	9.346	24.156
Descontos obtidos	7.143		7.143	
Outras receitas financeiras	3	225	3	225
Total de receitas financeiras	**39.146**	**42.937**	**39.157**	**42.960**
Despesas financeiras	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Juros sobre capital de giro	44.928	40.587	44.928	40.587
Juros sobre financiamentos	13.182	12.071	13.361	12.261
Variação cambial	7.186	7.148	7.186	7.148
Variação operações mercado futuro	24.339	21.630	24.339	21.630
Juros pagos	498	571	498	571
Despesas bancárias	1.060	828	1.062	830
Reciprocidade instituições finan.		1.638	1.638	
Outras despesas financeiras	876	1.280	876	1.281
Total de despesas financeiras	**92.069**	**85.753**	**92.250**	**85.946**
Resultado financeiro, líquido	**(52.923)**	**(42.816)**	**(53.093)**	**(42.986)**

28. Cobertura de seguros: A Companhia mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado. Os seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, tornado, granizo, raios, implosão, explosão, danos elétricos, despesas fixas, responsabilidade civil do empregador, responsabilidade civil das operações e responsabilidade civil danos morais e correspondem a R$ 170.000, com vigência conforme demonstrativo apresentado abaixo.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Básica (Colisão, incêndio, roubo e furto), danos materiais, danos corporais, danos morais, objetos transportados, morte.	Veículos	100 % tabela FIPE	08/06/2023 a 08/06/2024
Compreensivo (Prédios, móveis, máquinas das fábricas).	Patrimonial	R$ 92.000.000,00	21/01/2023 a 21/01/2024
Compreensivo (Prédios, móveis, máquinas das fabricas de ração).	Patrimonial	R$ 77.000.000,00	20/04/2023 a 20/04/2024
Transporte de máquinas e cargas frias.	Transporte	R$ 1.000.000,00	04/05/2023 a 04/05/2024

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações, industriais, granjas, comerciais e administrativas. As informações apresentadas nesta nota não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

29. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

	Controladora	Consolidado
Custo amortizado	**2022**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	139.536	139.585
Contas a receber	124.511	124.511
Total em 2022	**264.047**	**264.096**

	Controladora	Consolidado
Custo amortizado	**2023**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	79.144	79.223
Contas a receber	106.220	106.220
Total em 2023	**185.364**	**185.443**

Passivos financeiros:

	Controladora	Consolidado
Custo amortizado	**2022**	**2022**
Fornecedores	102.315	102.315
Empréstimos e financiamentos	490.101	492.856
Total em 2022	**592.416**	**595.171**

	Controladora	Consolidado
Custo amortizado	**2023**	**2023**
Fornecedores	94.055	94.056
Empréstimos e financiamentos	376.523	379.037
Total em 2023	**470.578**	**473.093**

DIRETORIA:
Mario Faccin - Diretor Presidente
Luiz Claudio Zanotto - Diretor Adm / Financeiro
CONTADOR:
Sidnei de Mello - CRC-SC. 029.126/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos: Acionistas e Administradores da **MASTER AGROINDUSTRIAL S/A.** Videira – Santa Catarina.

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **MASTER AGROINDUSTRIAL S/A ("Companhia"),** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MASTER AGROINDUSTRIAL S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb). **Base para opinião com ressalvas: Ajuste de reconhecimento da receita**: A Companhia não atende a todos os critérios contábeis para o reconhecimento da receita mencionada na nota explicativa nº 24 em conformidade as definições do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Devido à falta de controles analíticos para esse fim, não foi possível apurar os efeitos que poderiam advir sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. **Valor justo dos ativos biológicos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 08 a Companhia possui registrado ativos biológicos da controladora o montante de R$ 211.967 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$ 226.779 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R$ 211.988 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$ 226.914 mil em 31 de dezembro de 2022). Sendo que até a data de conclusão de nossos trabalhos, a administração não havia preparado e registrado a atualização do valor justo para estes ativos, em decorrência da vulnerabilidade dos preços do suíno, não nos foi possível nas circunstâncias efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto aos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023. **Custo atribuído do ativo imobilizado:** A Companhia elegeu a data de adoção as normas internacionais IFRS o dia 28 de julho de 2011, decorrente de processo de reorganização societária. Nessa data optou por mensurar o ativo imobilizado pelo valor justo e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos. A Interpretação Técnica ITG 10, aprovado pela Resolução CFC 1.263/09, determinou que a adoção do procedimento deveria ter sido efetuada em 01.01.2010. O Patrimônio Líquido da Sociedade contempla em 31 de dezembro de 2023 esse custo atribuído no valor de R$ 63.156 mil (R$ 66.665 em 31 de dezembro de 2022). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Ênfase: Transação com partes relacionadas:** Chamamos a atenção para as operações realizadas entre as partes relacionadas, descritas na nota explicativa nº 22, sendo que as condições de preços, pagamentos e atualizações monetárias poderiam ser realizadas em condições diferentes caso fossem praticadas com entidades independentes de mercado. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria do período anterior**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aqui apresentadas para efeitos de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de março de 2023 com ressalva relativa ao custo atribuído dos ativos imobilizados. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.
Cassiano Gonçalves Alvarez - Contador CRC 1SP-219153/O-3
Vinicius Pedroso Beccaro - Contador CRC SP-337015/O
RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-030.002/O-7

Multilog Brasil S/A

CNPJ sob nº 60.526.977/0209-51 - NIRE 42902103398

REGULAMENTO INTERNO

O presente Regulamento interno refere-se à unidade armazenadora "filial" da Sociedade empresária Multilog Brasil S/A, CNPJ sob nº 60.526.977/0209-51, NIRE 42902103398, situada na Est. Guanabara, S/N, KM 4, BR 163, CEP 89950-000, Dionisio Cerqueira/SC. **Artigo 1º** - Serão recebidas no Armazém mercadorias de natureza importada, nacional ou nacionalizada, de natureza não agropecuária e admitidas pelo Decreto 1102/1903 e pela IN DREI 52/2022. **Artigo 2º** - Os seguros, os prazos, as indenizações, as emissões dos títulos de crédito e os casos omissos no presente Regulamento serão regidos nos exatos termos do Decreto Federal 1.102/1903 e da IN/DREI 52/2022. Assim também, o horário de funcionamento, o pessoal auxiliar e suas obrigações serão regidos pela legislação em vigor, bem como pelos usos, costumes e praxes comerciais, desde que não contrários às normas legais vigentes.

São Paulo, 04 de março de 2024. Deyse Dias - Procuradora - OAB/SP 249.961

DECLARAÇÕES - MEMORIAL DESCRITIVO

Razão Social: **Multilog Brasil S/A.** CNPJ: 60.526.977/0209-51. **Endereço:** Est. Sitio Guanabara, S/N, KM 4, BR 163, CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira/SC. **Atividade Principal:** Armazéns Gerais. **1.** Capital: 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais). **2.** Capacidade de armazenagem do galpão em m² ou m³: 1.803,19 m². **3.** Características do espaço físico do Armazém (comodidade): estrutura pré-moldada em concreto protendido, com paredes parcialmente fechadas em placas de concreto pré-moldado e restante com fechamento metálico em telha TP-40. Telhado em telha tipo sanduíche, com telha inferior TP-40, isolamento em lã de rocha e telha superior sipada espessura 0,65mm. Lanternin para troca de ar e zenital para iluminação natural. **4.** Segurança: Prevenção Combate a Incêndio: Instalação de sistemas de alarme de incêndio, extintores, hidrantes, sinalização de emergência e rotas de fuga seguindo o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros do estado de Santa Catarina. Treinamento da equipe em procedimentos de evacuação e uso correto dos equipamentos de combate a incêndio, incluindo simulados de evacuação de acordo com as normas vigentes. Conservação das Instalações: Manutenção preventiva e corretiva regular de todas as instalações e equipamentos, programa de limpeza e conservação das áreas comuns, pátios, galpões e escritórios. Implementação de medidas de controle ambiental, tratamento de efluentes e descarte adequado de resíduos. **5.** Quais itens irá armazenar? Mercadorias Nacionais e nacionalizadas, alimentícios industrializados de origem animal e vegetal, saneantes, higiene, peças, máquinas, papel, móveis, peças metálicas, eletrônicos. Para produtos perigosos ou inflamáveis a sociedade se compromete a obter as respectivas autorizações. **6.** Equipamentos: Duas empilhadeiras modelo Hyster H60FT, capacidade 3 toneladas. 01 empilhadeira, modelo Yale 90 VX, capacidade de 2 a 4 toneladas. **7.** Horário de funcionamento do Armazém Geral. De segunda a Sexta 08h as 19h. **8.** Operações e Serviços: Serviços de ARMAZÉNS GERAIS e emissão de warrants, nos termos do Decreto 1102/1903 e da IN DREI 52/2022, e atividades correlacionadas e não vedadas pela legislação em vigor, tais como: pesagem, estadias sobre rodas, armazenagem e movimentação de mercadorias, Pesagem, Estadias sobre rodas, Armazenagem e Movimentação de Mercadorias.

São Paulo, 04 de março de 2024. Deyse Dias - Procuradora - OAB/SP 249.961

TABELA DE VALORES

MULTILOG BRASIL S.A. - CNPJ: 60.526.977/0209-51

Unidade de Negócio: PS Dionisio Cerqueira

1.1.1 - Armazenagem Exportação - 1° - 10 - dias ou fração - % do valor FOB - 0,0046; 1.1.2 - Armazenagem Exportação - 2° - 10 - dia(s) ou fração e demais períodos - % do valor FOB - 0,0091; 1.2.1 - Armazenagem Importação - 1° - 10 - dias ou fração - % do valor CIF - 0,0046; 1.2.2 - Armazenagem Importação - 2° - 10 - dia(s) ou fração e demais períodos - % do valor CIF - 0,0091. **Observação:** Favor verificar particularidades na seção de condições gerais. Todos os valores apresentados nesta proposta estão em moeda real (R$). **Movimentação:** 2.1 - Movimentação - Importação / Exportação - M³ ou fração - 0,1878. **Observação:** Favor verificar particularidades na seção de condições gerais. Todos os valores apresentados nesta proposta estão em moeda real (R$). **Serviços Conexos:** 3.1 - Acondicionamento / Reacondicionamento sem fornecimento de palete - por palete - 72,16; 3.2 - Colocação de lacre - por unidade - 15,93; 3.3 - Embalagem e Reembalagem - por homem/hora - 43,43; 3.4 - Emissão De Títulos - por unidade - 71,62; 3.5 - Estadia de Veículo - por cada período de 6 horas - 28,33; 3.6 - Etiquetagem - por homem/hora - 43,43; 3.7 - Fornecimento de energia elétrica - Imp/Exp - por dia - por veículo ou contêiner - 574,37; 3.8 - Lonamento e Deslonamento de Veículo - por veículo - 51,05; 3.9 - Pesagem - Imp/Exp - por veículo ou contêiner - 37,72; 3.10 - Presença de carga - por documento - 24,08; 3.11 - Retirada de Amostra - por operação - 46,81; 3.12 - Selagem - por homem/hora - 43,43; 3.13 - Selagem/Etiquetagem/IPI - por unidade - 0,63; 3.14 - Unitização e Desunitização - M³ ou fração - 5,14. **Observação:** Favor verificar particularidades na seção de condições gerais. Todos os valores apresentados nesta proposta estão em moeda real (R$). **Tarifas 2024: Obs:** os valores poderão sofrer reajustes sem prévio aviso conforme descrito no item 10. **CONDIÇÕES GERAIS ALFANDEGADO: 1.** Tarifas de movimentações sofrerão acréscimo de 100% quando as operações forem realizadas fora do horário comercial do Porto Seco, que é: - Dionísio Cerqueira: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:45h. **2.** Está autorizada contratualmente, a cobrança em dobro das tarifas de Armazenagem (TA), Movimentação (TM) de mercadorias tóxicas, odorantes, inflamáveis, corrosivas e outras consideradas perigosas ou nocivas à saúde pela legislação pertinente, bem como, produtos frágeis ou de difícil manipulação. **3.** Os valores referentes à Armazenagem (TA), Movimentação (TM) e Serviços Conexos devidas a MULTILOG em razão do abandono de qualquer mercadoria serão cobrados dos respectivos Importadores e/ou Exportadores no Brasil, inclusive os ressarcimentos por despesas que a MULTILOG tiver na prestação dos serviços e as despesas para a destruição das mercadorias, quando os referidos valores ou despesas não forem cobertos pela alfândega. **PRAZO DE PAGAMENTO: 4.** Pagamento dos serviços - à vista, antes da saída dos veículos ou conforme negociação comercial; **5.** O saldo de mercadorias armazenadas (TA), independente do regime, será cobrado a cada 30 (trinta) dias ou no último dia do mês, de forma parcial computando-se cada período de 10 dias na importação e exportação, o prazo para pagamento é de 05 (cinco) dias após da data de emissão da fatura, via boleto bancário / meio eletrônico. **6.** Tarifas de armazenagem sofrerão acréscimo de 100% após o 1° período; **7.** Serão considerados, para faturamento, os valores auferidos nas tarifas de armazenagem e movimentações (% sobre CIF/FOB e M³); **8.** No caso de atraso de pagamentos, haverá incidência automática de multa de 2%, mais juros de 1% ao mês pro rata die e atualização monetária pelo IPCA / IBGE. Independente do prazo acordado nesta proposta, havendo ocorrência de inadimplência, o prazo para pagamento passa a ser automaticamente à vista. **9.** Em caso de dúvidas e / ou questionamentos com relação aos valores constantes na fatura, o Cliente deve entrar em contato com a Multilog no prazo máximo de 4 dias, a contar do envio / recebimento do documento fiscal REAJUSTE; **10.** Tarifas sujeitas a reajustes anual pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna), conforme dispõe o contrato de concessão SRRF09 Nº 25/2021.

São Paulo, 04 de março de 2024; Deyse Dias. Procuradora. OAB/SP 249.961

A PEDIDO

COMUNICADO

A pedido de Comercial Alagoas 24h, participante do processo n.º 5009603-48.2022.8.24.0082, em tramite Juízo do Juizado Especial Cível da Comarca da Capital - Continente, Santa Catarina, transitada em julgado, faz-se a publicação abaixo com **os direitos autorais de Gabriel Schlickmann Rottgers Cardoso**, que produziu o registro da fotografia abaixo publicada.

CRICIÚMA RECEBE 2° PAINEL GRATUITO DO SC QUE DÁ CERTO 2024; VEJA COMO PARTICIPAR

Maior cidade do Sul catarinense vai ser palco de evento com foco no empreendedorismo. Painel acontece na terça-feira, 25 de junho.

É a vez do sul de Santa Catarina receber mais um painel do SC Que Dá Certo, projeto da NSC que valoriza e compartilha casos de protagonismo e persistência no empreendedorismo do estado - e que podem inspirar e otimizar novos negócios em todos os setores da economia.

O segundo painel da temporada 2024 acontece na noite de 25 de junho, uma terça-feira, em Criciúma. A retirada gratuita dos ingressos já está disponível para o evento, que acontece na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

Comandado pelo apresentador da NSC TV Fabian Londero, o painel traz convidados que, além da trajetória, trazem dicas para alcançar objetivos.

Desde 2016, o SC Que Dá Certo tem circulado por todas as regiões do estado com eventos presenciais e gratuitos. Nos últimos seis anos, mais de 10 mil catarinenses participaram dos painéis, que debatem empreendedorismo e iniciativas que "deram certo" no cenário catarinense.

CONHEÇA OS PAINELISTAS CONFIRMADOS

ALESSANDRA CASAGRANDE
Sócia-Proprietária Estúdio Biologique

Formada em Direito e com pós-graduação em Gestão Empresarial pela FGV, é presidente da Cristal Embalagens. A empresa, fundada em 1999, é referência nacional na produção e comercialização de embalagens plásticas, exercendo também atividades em diversos países.

ALICE MATIOLA
CEO Cristal Embalagens

Especialista em marketing e vendas e mestre em tecnologia e gestão pela UFSC, fundou a Next Fit, startup responsável pela criação de um sistema de gestão e apoio para negócios fitness. O CEO da empresa atua também como mentor de diversos projetos para startups.

DOUGLAS WALTRICKE
CEO Next Fit

Empreendedora e co-fundadora da empresa Estúdio Biologique, que produz e comercializa uma versão contemporânea do tradicional filtro de barro. Formada em Design de interiores, recebeu o prêmio internacional IF Design Award 2024 pela releitura que fez do tradicional filtro de barro.

ESCANEIE AQUI E FAÇA SUA INSCRIÇÃO:

PRÓXIMOS PAINÉIS

CRICIÚMA 25.06

CHAPECÓ 09.07

JOAÇABA 23.07

GRANDE FLORIANÓPOLIS 06.08

JOINVILLE 20.08

SAIBA MAIS AQUI: